

ARSENAL DE MARINHA DO RIO DE JANEIRO/RJ

Termo de Referência 56/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
56/2026	741000-ARSENAL DE MARINHA DO RIO DE JANEIRO/RJ	JULIANA DOS SANTOS CARNEIRO DA CUNHA	02/06/2026 13:29 (v 0.10)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		63014.002073/2026-44

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 63014.002073/2026-44)

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de insumos para a marcenaria e carpintaria da divisão de serviços de estaleiro, por meio do Sistema de Registro de Preços, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Grupo 1 – Produtos Químicos							
ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	CatMat	Unidade de Medida	Quantidade mínima	Quantidade máxima	Valor Unitário	Valor Total
1	AGUARRÁS – SOLVENTE MINERAL PARA VERNIZ – LATA 5 L	429924	UNID.	2	10	R\$ 89,95	R\$ 899,50
2	VERNIZ MARÍTIMO BRILHANTE, APLICAÇÃO: PORTAS, PORTÕES E JANELAS, AMBIENTE EXTERNO, GALÃO 3,6 LITROS, COR: NATURAL INCOLOR, SECAGEM RÁPIDA, REFERÊNCIA: SPARLACK EXTRA MARÍTIMO BRILHANTE OU SIMILAR	233059	GL	2	10	R\$ 175,00	R\$ 1.750,00
3	VERNIZ MARÍTIMO ACETINADO, APLICAÇÃO: PORTAS, PORTÕES E JANELAS, AMBIENTE EXTERNO, GALÃO 3,6 LITROS, COR: NATURAL INCOLOR, SECAGEM RÁPIDA, REFERÊNCIA: SPARLACK EXTRA MARÍTIMO ACETINADO OU SIMILAR.	453780	GL	2	50	R\$ 144,10	R\$ 7.205,00
	COLA DE CONTATO, COMPOSIÇÃO: POLICLOROPRENO E SOLVENTES						

4	ORGÂNICOS, APLICAÇÃO:MADEIRA, COURO, BORRACHA E PLÁSTICO, TIPO:LÍQUIDO VISCOSO, EMBALAGEM COM 2,8 KG, REFERÊNCIA: COLA DE CONTATO FÓRMICA OU SIMILAR.	319588	UNID	2	50	R\$ 126,26	R\$ 6.313,00
5	ÁLCOOL ETÍLICO ABOLUTO MÍN. DE 99,3° INPM REFERÊNCIA: ÁLCOOL ETÍLICO ABSOLUTO PRING 99,3°INPM OU SIMILAR	346633	L	2	100	R\$ 14,42	R\$ 1.442,00
6	GOMA LACA (“ASA DE BARATA”), MATERIAL:ORIGEM ANIMAL, COR: AVERMELHADA, APRESENTAÇÃO: PALHETAS TIPO INDIANA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ENVERNIZAR MÓVEIS DE MADEIRA EM GERAL	377538	KG	2	30	R\$ 232,45	R\$ 6.973,50
	VALOR TOTAL GRUPO 1		R\$ 24.583,00				

Grupo 2 – Materiais de Construção							
ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	CatMat	Unidade de Medida	Quantidade mínima	Quantidade máxima	Valor Unitário	Valor Total
7	ALGODÃO PARA POLIMENTO, EMBALAGEM COM 100 G.	227345	UNID.	5	50	R\$ 10,43	R\$ 521,50
8	FITA DE PAPEL CREPE, DIM. 38 MM X 50 M, REFERÊNCIA: FITA CREPE 3M SCOTCH 2721 OU SIMILAR.	341745	UNID.	5	50	R\$ 18,10	R\$ 905,00
9	LIXA P/ MADEIRA, COSTADO DE PAPEL, EM DISCO DE D.N. 180 MM X FURO 22 MM GRÃO 100. MATERIAL DO GRÃO: ÓXIDO DE ALUMÍNIO.	484687	UNID	20	500	R\$ 3,01	R\$ 1.505,00
10	LIXA P/MADEIRA, COSTADO DE PAPEL, EM FOLHAS DE LARG. 225 MM X COMPR. 275 MM, GRÃO 80, MATERIAL DO GRÃO: ÓXIDO DE ALUMÍNIO. REF.: A237 NORTON OU SIMILAR	354502	UNID	20	500	R\$ 1,15	R\$ 575,00
	LIXA P/MADEIRA, COSTADO DE PAPEL, EM						

11	FOLHAS DE LARG. 225 MM X COMPR. 275 MM, GRÃO 100, MATERIAL DO GRÃO: ÓXIDO DE ALUMÍNIO. REF.: A237 NORTON OU SIMILAR	628529	UNID	20	500	R\$ 1,44	R\$ 720,00
12	LIXA P/MADEIRA, COSTADO DE PAPEL, EM FOLHAS DE LARG. 225 MM X COMPR. 275 MM, GRÃO 120. MATERIAL DO GRÃO: ÓXIDO DE ALUMÍNIO. REF.: A237 NORTON OU SIMILAR	320251	UNID	20	500	R\$ 1,75	R\$ 875,00
13	LIXA EM ROLO COSTADO DE PANO LARGURA 100 MM X 45 M DE COMPR. GRAO 80. MATERIAL DO GRÃO: ÓXIDO DE ALUMÍNIO.	440392	UNID	10	200	R\$ 115,63	R\$ 23.126,00
14	PARAFUSO AUTO-ATARRAXANTE, MATERIAL: AÇO CARBONO, TIPO CABEÇA:CHATA, TIPO FENDA:RETA, DIÂMETRO CORPO:6,1 MM, COMPRIMENTO:65 MM, APLICAÇÃO:MADEIRA	628119	UNID	200	1000	R\$ 2,95	R\$ 2.950,00
15	PARAFUSO CHIPBOARD CABEÇA CHATA PHILLIPS, MATERIAL:AÇO, DIÂMETRO: 4 MM, COMPRIMENTO NOMINAL:16 MM.	616401	UNID	200	1000	R\$ 0,15	R\$ 150,00
16	PARAFUSO CHIPBOARD CABEÇA CHATA PHILLIPS, MATERIAL:AÇO, DIÂMETRO: 4 MM, COMPRIMENTO NOMINAL: 45 MM,	383796	UNID	200	1000	R\$ 0,17	R\$ 170,00
17	PARAFUSO AUTO-ATARRAXANTE, MATERIAL: AÇO CARBONO, TIPO CABEÇA:CHATA, TIPO FENDA:PHILLIPS, DIÂMETRO:4,20 MM, COMPRIMENTO:38 MM	212942	UNID	200	1000	R\$ 0,26	R\$ 260,00
18	PREGO 18x36 COM CABEÇA	317904	KG	100	300	R\$ 19,15	R\$ 5.745,00
19	PREGO 18x30 COM CABEÇA	317908	KG	100	300	R\$ 16,24	R\$ 4.872,00
20	PREGO 16x24 COM CABEÇA	317907	KG	100	300	R\$ 13,66	R\$ 4.098,00
21	GIZ ESCOLAR BRANCO, CAIXA COM 50 UNID.	202607	UNID (CAIXA)	10	50	R\$ 7,00	R\$ 350,00
22	ARAME GALVANIZADO, MATERIAL: METAL, FIO 14 (2,10MM)	471741	KG	20	100	R\$ 23,93	R\$ 2.393,00
	VALOR TOTAL GRUPO 2						R\$ 49.215,50

--	--	--

Grupo 3 – Ferramentas							
ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	CatMat	Unidade de Medida	Quantidade mínima	Quantidade máxima	Valor Unitário	Valor Total
23	LÂMINA DE SERRA PARA MAQUINA TICO-TICO BIMETAL, COMPR. 76 MM, LARG. 7,5 MM, DENTES POR POLEGADA: 8, CORTE RETO / CURVO, HASTE DE ENCAIXE T UNIVERSAL, APLICAÇÃO: MADEIRA. CARTELA COM 5 LÂMINAS. REFERÊNCIA: SERRA TICO-TICO BI-METAL UNIQUE STARRETT MODELO BU38 OU SIMILAR	315490	UNID	5	20	R\$ 12,95	R\$ 259,00
24	LÂMINA DE SERRA PARA MAQUINA TICO-TICO BIMETAL, COMPR. 105 MM, LARG. 9,5 MM, DENTES POR POLEGADA: 10-14, CORTE RETO / CURVO, HASTE DE ENCAIXE T UNIVERSAL, APLICAÇÃO: MADEIRA /MULTIUSO. CARTELA COM 5 LÂMINAS. REFERÊNCIA: SERRA TICO-TICO BI-METAL UNIQUE STARRETT MODELO BU41014 OU SIMILAR	447927	UNID	5	20	R\$ 50,43	R\$ 1.008,60
25	JOGO DE SERRA COPO PARA MADEIRA, 5 PEÇAS (TAMANHOS 32, 38, 44 E 54 MM), CORPO EM AÇO ESPECIAL, DENTES TRAVADOS, COM SUPORTE PARA SERRA COPO COM BROCA PILOTO DE 6X60 MM, REFERÊNCIA: TRAMONTINA 42625501 OU SIMILAR.	475527	UNID	2	10	R\$ 109,98	R\$ 1.099,80
26	JOGO DE CHAVES DE FENDA, MATERIAL: AÇO CROMO VANÁDIO, TIPO DE PONTA: FENDA RETA (BITOLAS: 1/4X4, 1/4X6, 3/16X4, 3/16X6, 1/4X1 1/2) E FENDA PHILLIPS, BITOLAS: 1/4X4, 1/4X6, 3/16X4, 3/16X6, 1/4X1 1/2) QUANTIDADE TOTAL DE PEÇAS: 10 UN. REFERÊNCIA: TRAMONTINA 41530510 OU SIMILAR.	483811	UNID	5	20	R\$ 48,10	R\$ 962,00
27	JOGO CHAVES FENDA, MATERIAL HASTE:AÇO CROMO VANÁDIO, TIPO PONTA: FENDA RETA E PHILLIPS, TIPO CABO: ISOLADO, QUANTIDADE PEÇAS:6 UN, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:ISOLAÇÃO DE 1000V CA, BITOLA PONTA FENDA RETA: 03= (1/4X6, 3/16X4, 1/8X3) POL, BITOLA PONTA PHILLIPS: 03= (1/4X6, 3	601980	UNID	5	20	R\$ 155,00	R\$ 3.100,00

	/16X4, 1/8X6) POL, REFERÊNCIA: JOGO DE CHAVES DE FENDA PARA ELETRICISTA TRAMONTINA PRO OU SIMILAR.						
28	CHAVE AJUSTÁVEL, MATERIAL:AÇO, TAMANHO:15 POL, ABERTURA:43 MM.	291835	UNID	5	20	R\$ 153,35	R\$ 3.067,00
29	ESQUADRO CARPINTEIRO, COMPRIMENTO 350MM, LÂMINA DE AÇO INOX COM GRADUAÇÃO EM MILÍMETROS, REFERÊNCIA: STARRETT, N° K53M-350-S OU SIMILAR.	217677	UNID	2	10	R\$ 48,94	R\$ 489,40
30	ESTILETE DESENHO, MATERIAL CORPO: PLÁSTICO RESISTENTE, LARGURA LÂMINA:20 MM, TIPO LÂMINA:RETRÁTIL, TIPO FIXAÇÃO LÂMINA:ENCAIXE DE PRESSÃO	227514	UNID	2	10	R\$ 17,30	R\$ 173,00
31	FORMÃO, MATERIAL CORPO:CROMO VANÁDIO, MATERIAL CABO:MADEIRA, BITOLA:3/4 POL	249752	UNID	2	5	R\$ 28,02	R\$ 140,10
32	SERROTE CARPINTEIRO, MATERIAL LÂMINA: AÇO, MATERIAL CABO:MADEIRA, COMPRIMENTO:18 POL	312497	UNID	2	10	R\$ 44,00	R\$ 440,00
	VALOR TOTAL GRUPO 3		R\$ 10.738,90				

Grupo 4 – EPI							
ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	CatMat	Unidade de Medida	Quantidade mínima	Quantidade máxima	Valor Unitário	Valor Total
33	LUVA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO, MATERIAL: LÁTEX, TAMANHO: G, AMBIDESTRA, DESCARTÁVEL, CAIXA COM 100 UNIDADES	620093	UNID (CAIXA)	10	50	R\$ 19,57	R\$ 978,50

34	RESPIRADOR DESCARTÁVEL, PEÇA SEMIFACIAL, COM VÁLVULA DE EXALAÇÃO, PARA PROTEÇÃO CONTRA POEIRA, NÉVOAS E FUMOS (PFF2), CONTRA AEROSSÓIS SOLIDOS E LÍQUIDOS NÃO OLEOSOS, REFERÊNCIA: MÁSCARA DE PROTEÇÃO RESPIRATÓRIA DOBRÁVEL 3M 9822+BR PFF-2(S) OU SIMILAR.	293570	UNID	20	200	R\$ 23,00	R\$ 4.600,00
VALOR TOTAL GRUPO 4		R\$ 5.578,50					

Grupo 5 – Equipamento de furo e corte							
ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	CatMat	Unidade de Medida	Quantidade mínima	Quantidade máxima	Valor Unitário	Valor Total
35	FURADEIRA, TIPO:IMPACTO, POTÊNCIA:700 W, TAMANHO MANDRIL:1/2 POL, VOLTAGEM: 110V OU 220V, COM VELOCIDADE VARIÁVEL, REVERSÍVEL, REFERÊNCIA: SDH700 STANLEY OU SIMILAR	258063	UNID	2	5	R\$ 427,89	R\$ 2.139,45
36	FURADEIRA, TIPO:IMPACTO, POTÊNCIA:1050 W, TAMANHO MANDRIL:1/2 POL, VOLTAGEM: 110V OU 220V, COM VELOCIDADE VARIÁVEL, REVERSÍVEL, REFERÊNCIA: FIV 1050 VONDER OU SIMILAR	485349	UNID	2	5	R\$ 677,09	R\$ 3.385,45
37	PARAFUSADEIRA / FURADEIRA DE IMPACTO A BATERIA, COM CARREGADOR BIVOLT, DUAS BATERIAS 18V-2Ah E MALETA, TAMANHO MANDRIL:1/2 POL. REFERÊNCIA: BOSCH GSB 185 - LI OU SIMILAR	601881	UNID	2	5	R\$ 974,99	R\$ 4.874,95
38	PLAINA ELÉTRICA, TAMANHO DA FACA 82MM, POTÊNCIA:620 WATT, VOLTAGEM: 110V. REF.: MAKITA KP0800 110V OU SIMILAR	220735	UNID	2	10	R\$ 1.233,53	R\$ 12.335,30
39	SERRA CIRCULAR, POTÊNCIA:2.000 W, DIÂMETRO DISCO:184 MM, VOLTAGEM:110 V OU 220 V. REFERÊNCIA: BOSCH GKS 20-65 OU	481436	UNID	2	10	R\$ 1.446,12	R\$ 14.461,20

	SIMILAR.						
40	TUPIA DE COLUNA MANUAL (TUPIA DE IMERSÃO), COM UMA FRESA PARALELA, POTÊNCIA MOTOR: 1300 W, TAMANHO DAS PINÇAS: 6MM / ¼”, VOLTAGEM:110V OU 220V. REF.: BOSCH GOF 130 OU SIMILAR	323050	UNID	2	10	R\$ 1.084,00	R\$ 10.840,00
VALOR TOTAL GRUPO 5			R\$ 48.036,35				

Grupo 6 – Madeiras							
ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	CatMat	Unidade de Medida	Quantidade mínima	Quantidade máxima	Valor Unitário	Valor Total
41	Tábua de Cedrinho. Formato retangular, Largura: 20 cm, Comprimento: 5,40 M, espessura: 2,5 cm. Tonalidade: natural	322191	UNID	100	200	R\$ 175,50	R\$ 35.100,00
42	Madeira de construção, Tipo: Freijó, Formato: Pranchão, comprimento: 5 M, Largura: 305 MM, Espessura: 76,2 MM, Aparelhada.	319197	UNID	20	50	R\$ 1.337,00	R\$ 66.850,00
43	CEDRINHO EM PERNA DIMENSÕES: ALT. 76 MM X ALT. 76 MM X COMPR. 4,0 M (TOLERÂNCIA +/- 1 M)	319208	UNID	10	30	R\$ 112,00	R\$ 3.360,00
44	CEDRO COMPENSADO EM CHAPA DIMENSÕES: COMPR. 2,2 M X LARG. 1,6 M X ESPES. 4,0 MM	231558	UNID	10	30	R\$ 431,00	R\$ 12.930,00
45	CEDRO COMPENSADO EM CHAPA DIMENSÕES: COMPR. 2,2 M X LARG. 1,6 M X ESPES. 6,0 MM	228647	UNID	10	50	R\$ 320,28	R\$ 16.014,00
46	CEDRO COMPENSADO EM CHAPA DIMENSÕES: COMPR. 2,2 M X LARG. 1,6 M X ESPES. 10,0 MM	228649	UNID	10	50	R\$ 409,66	R\$ 20.483,00

47	CEDRO COMPENSADO EM CHAPA DIMENSÕES: COMPR. 2,2 M X LARG. 1,6 M X ESPES. 15,0 MM	229530	UNID	10	100	R\$ 556,08	R\$ 55.608,00
48	CEDRO COMPENSADO EM CHAPA DIMENSÕES: COMPR. 2,2 M X LARG. 1,6 M X ESPES. 20,0 MM	229529	UNID	10	100	R\$ 660,10	R\$ 66.010,00
49	MADEIRA CONSTRUÇÃO, TIPO MADEIRA: CEDRO, FORMATO:PRANCHÃO, COMPRIMENTO:5 M, LARGURA:305 MM, ESPESSURA:76 MM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:SEM TRATAMENTO, APLICAÇÃO: MARCENARIA	310981	UNID	10	50	R\$ 1.100,50	R\$ 55.025,00
50	COMPENSADO MADEIRA, MATERIAL:PINHO NAVAL, COMPRIMENTO:2,20 M, LARGURA:1,60 M, ESPESSURA:4 MM, APLICAÇÃO: FABRICAÇÃO DE PEÇAS EM MADEIRA	237620	UNID	10	50	R\$ 149,66	R\$ 7.483,00
51	COMPENSADO MADEIRA, MATERIAL:PINHO NAVAL, COMPRIMENTO:2,20 M, LARGURA:1,60 M, ESPESSURA:6 MM, APLICAÇÃO:MATERIAL DE MANUTENÇÃO	464019	UNID	10	100	R\$ 175,00	R\$ 17.500,00
52	COMPENSADO MADEIRA, MATERIAL:PINHO NAVAL, COMPRIMENTO:2,20 M, LARGURA:1,60 M, ESPESSURA:10 MM, APLICAÇÃO: FABRICAÇÃO DE PEÇAS EM MADEIRA	237621	UNID	10	300	R\$ 276,00	R\$ 82.800,00
53	COMPENSADO MADEIRA, MATERIAL:PINHO NAVAL, COMPRIMENTO:2,20 M, LARGURA:1,60 M, ESPESSURA:15 MM, APLICAÇÃO: FABRICAÇÃO DE PEÇAS EM MADEIRA	308539	UNID	10	300	R\$ 415,00	R\$ 124.500,00
54	COMPENSADO MADEIRA, MATERIAL:PINHO NAVAL, COMPRIMENTO:2,20 M, LARGURA:1,60 M, ESPESSURA:20 MM, APLICAÇÃO:MATERIAL DE MANUTENÇÃO	275166	UNID	10	50	R\$ 379,00	R\$ 18.950,00
55	COMPENSADO MADEIRA, MATERIAL:PINHO NAVAL, COMPRIMENTO:2,20 M, LARGURA:1,60 M, ESPESSURA:25 MM, APLICAÇÃO:MATERIAL	275163	UNID	10	50	R\$ 619,00	R\$ 30.950,00

	DE MANUTENÇÃO						
56	TÁBUA DE PINUS, COMPRIMENTO 300 CM, LARGURA 30 CM, ALTURA 2 CM.	602585	UNID	10	100	R\$ 69,45	R\$ 6.945,00
	VALOR TOTAL GRUPO 6		R\$ 620.508,00				

GRUPO 1	R\$ 24.583,00
GRUPO 2	R\$ 49.215,50
GRUPO 3	R\$ 10.738,90
GRUPO 4	R\$ 5.578,50
GRUPO 5	R\$ 48.036,35
GRUPO 6	R\$ 620.508,00
SOMA TOTAL DE TODOS OS GRUPOS	R\$ 758.660,25

- 1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- 1.4. Considerando a necessidade de aquisição de materiais específicos, faz-se necessário que a análise das propostas seja pautada na descrição detalhada dos itens constantes neste Termo de Referência, e não apenas em seu respectivo código CATMAT. Isso porque, em muitos casos, os códigos disponíveis no sistema não refletem de forma precisa as especificações técnicas, a qualidade e as características essenciais do objeto demandado, o que pode comprometer a adequada execução do contrato.
- 1.5. O fornecedor deverá apresentar os catálogos e as fichas técnicas do material ofertado, emitidos pelo fabricante, com o objetivo de possibilitar a verificação da conformidade entre as especificações exigidas neste Termo de Referência e o produto proposto.
- 1.6. O prazo de vigência da contratação é de 01 (um) ano contados da assinatura da nota de empenho, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.7. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e práticas implementadas por essa Organização Militar, em especial às seguintes diretrizes estabelecidas:

4.1.1. Exigência de licença ambiental para atividades utilizadoras de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidoras ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental. Base jurídica lei N° 9795, de 27 de abril de 1999; - dispõe sobre a educação ambiental, institui a política nacional de educação ambiental e da outras providencias; Estratégia Federal de desenvolvimento (EFD) 2020-2031, item 4.3.4 – desafio: promover oportunidades de negócios sustentáveis em meio ambiente (decreto N° 10531 de 2020) C/C lei de licitações e contratos administrativos – 14.133 artigos 5, 45 e 144; agenda 2030 da ONU - objetivo 12 - assegurar padrões de produção e consumo sustentáveis.

4.2. Em cumprimento ao Acórdão 1666/2019-TCU-Plenário e item 13 do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, não será exigido o CTF, tendo em vista que o mercado não está preparado para atender as exigências de sustentabilidade para a fabricação e fornecimento do material, objeto do presente certame. Entretanto, em razão das exigências legais aplicáveis à cadeia de produção, comercialização e transporte de produtos florestais de origem nativa, a apresentação do CTF/IBAMA será obrigatória para a empresa contratada responsável pelo fornecimento dos itens confeccionados em madeira nativa, correspondentes ao Grupo 6 (itens 41 a 49), como condição para a execução contratual e comprovação da regularidade ambiental pertinente. A comprovação do CTF ocorrerá exclusivamente na fase de contratação, e não como condição de participação na licitação, preservando-se a ampla competitividade do certame.

4.3. Durante a execução da atividade objeto do TR, será exigida, para as empresas contratadas ou para as empresas que vierem a ser subcontratadas por estas, a utilização de bacia de contenção para produtos oleosos e/ou químicos e segregação adequada dos resíduos gerados, a fim de se evitar possíveis impactos ambientais.

4.4. A empresa contratada deverá seguir a legislação ambiental vigente, além de adotar planos de contingência para lidar com emergências ambientais, garantindo uma resposta rápida e eficaz para minimizar danos em caso de acidentes ou incidentes ambientais.

Subcontratação

4.5. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.6. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 dias, contados da assinatura da nota de empenho, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 3 (três) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro - Praça barão de Ladário, s/n - ilha das Cobras - Centro, CEP: 20091-000.

5.4. No ato da entrega técnica deverão ser fornecidos:

5.4.1. Manual de manutenção, operação e peças traduzidos para o Português.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.5. *O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)*

5.6. *Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.*

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Fiscalização

6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.6. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.7. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.8. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.9. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.10. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.11. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.12. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.13. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a

sua competência.

6.14. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.15. Cabe ao gestor do contrato:

6.15.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.15.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência.

6.15.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.15.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.15.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.15.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.15.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.

7.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

7.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.7 Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária[A1], no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União Modelo de Termo de Referência – Aquisições – Licitação e Contratação Direta - Lei nº 14.133, de 2021 Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação Atualização: DEZ/2025 33 de 45 prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 30 (trinta) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 8.12.1. o prazo de validade;
- 8.12.2. a data da emissão;
- 8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 8.12.5. o valor a pagar; e
- 8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- 8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- 8.15.2 identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional De Preços Ao Consumidor Amplo (IPCA) de correção monetária.

Forma de pagamento

8.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

- 8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.[A5]
- 8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

- 8.27. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.
- 8.27.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.
- 8.27.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.
- 8.27.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.
- 8.27.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.[A13]
- 8.28. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

- 8.29. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.
- 8.30. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 8.31. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 8.32. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o (s) índice(s) definitivo(s).
- 8.33. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 8.34. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa (m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 8.35. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 8.36. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade *PREGÃO*, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo *MENOR PREÇO*.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será integral.

CrITÉRIOS de aceitabilidade de preços

9.3. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:

9.3.1. Valores unitários: conforme tabela constante no item 1.1 deste Termo de Referência.

Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.5. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.10. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

- 9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- 9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 9.22. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;
- 9.23. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- 9.24. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas: :

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =	Ativo Total
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =	Ativo Circulante
	Passivo Circulante

9.25. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 5% do valor total estimado da contratação

9.26. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

9.27. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.28. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.29. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.30. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Disposições gerais sobre habilitação

9.31. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.32. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.33. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.34. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.35. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de **R\$ 758.660,25 (setecentos e cinquenta e oito mil, seiscentos e sessenta reais e vinte e cinco centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 acima.

10.2. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Gestão/Unidade: 741000;

Fonte de Recursos: 1000000000

Programa de Trabalho: 05.152.6012.21A0.0001;

PTRES: 236885;

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.25 e

Plano Interno: R90101001L0

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12 ANEXOS

Anexo I – Regras Aplicáveis ao Instrumento Substitutivo ao Contrato;

Anexo II – Termo de Ciência e Concordância

Anexo III – Estudo Técnicos Preliminares;

Anexo IV – Planilha de Cotação de Preços;

Anexo V – Planilha de Formação de Preços;

Anexo VI – Termo de Justificativa Técnica Relevantes.

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Elaborado por:



Documento assinado digitalmente

JULIANA DOS SANTOS CARNEIRO DA CUNHA

Data: 02/06/2026 13:39:26-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>


Na data da assinatura eletrônica

JULIANA DOS SANTOS CARNEIRO DA CUNHA
Primeiro Tenente (RM2-EN)
Encarregada da seção de carpintaria e marcenaria (AMRJ-2464)

ATO DE APROVAÇÃO

Com a finalidade de atender às Requisições de Material dos órgãos internos deste Arsenal, e ainda, de acordo com a Justificativa da Contratação constante da Autorização de Abertura do presente processo, aprovo o presente Termo de Referência.

Na data da assinatura eletrônica

Documento assinado digitalmente
 **VITOR RENATO MONTEIRO DE MENEZES**
Data: 03/06/2026 16:10:55-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

VITOR RENATO MONTEIRO DE MENEZES
Capitão de Mar e Guerra (EN)
Superintendente Técnico

13. ANEXO I

Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

(Compra com entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor - art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133/2021)

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. O adjudicatário terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato (Nota de Empenho) sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.
- 1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:
 - 1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;
 - 1.3.2 O Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital, no Termo de referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 3.1. São obrigações do Contratante:
 - 3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;
 - 3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
 - 3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou

irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.8.1 A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

3.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

4.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

- 4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;
- 4.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 4.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 4.1.11. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;
- 4.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 4.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 4.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;
- 4.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 4.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 4.1.17. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das obrigações assumidas, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 4.1.18. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução contratual;
- 4.1.19. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 4.1.20. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 4.1.21. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 4.1.22. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 4.1.23. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 4.1.24. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 4.1.25. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em

condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

4.1.26. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho.

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

5.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

5.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

5.4. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.5.3. Indenizações e multas.

5.6. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.7. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

7. ALTERAÇÕES

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal no Rio de Janeiro, Seção Judiciária do Rio de Janeiro para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14. ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento,declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Na data da assinatura eletrônica

JULIANA DOS SANTOS CARNEIRO DA CUNHA
Equipe Técnica de Planejamento

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JULIANA DOS SANTOS CARNEIRO DA CUNHA
Equipe de apoio

ARSENAL DE MARINHA DO RIO DE JANEIRO/RJ

Estudo Técnico Preliminar 27/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: 63014.002073/2026-44

2. Descrição da necessidade

2.1. A aquisição destes insumos mostra-se imprescindível para a plena operacionalidade da seção de carpintaria e marcenaria da Oficina de Serviços de Estaleiro do Arsenal de Marinha, uma vez que tais materiais são empregados de forma contínua nas atividades de reparo, manutenção e modernização de meios navais. Esses insumos garantem a execução de serviços especializados de estaleiro, assegurando padrões de qualidade, confiabilidade e segurança exigidos nas operações da Marinha do Brasil.

2.2. A necessidade decorre do papel estratégico que os serviços de marcenaria e carpintaria exercem no pleno funcionamento de diversas estruturas presentes neste estaleiro naval, e também, em especial no apoio direto às manutenções de diversas estruturas presentes nos navios docados nos diques secos do AMRJ.

2.3. Por fim, conforme disposto no item 15 deste documento, serão adotadas exigências que assegurem que a aquisição destes insumos estejam alinhadas às melhores práticas de gestão ambiental, promovendo a sustentabilidade das atividades desenvolvidas.

2.4 Este documento cumpre as diretrizes constantes do Anexo III da Instrução Normativa (IN) n.º 05/MPOG, de 26 de maio de 2017.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
AMRJ - 246	Vitor Ferreira de Jesus

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1 O presente objeto trata da aquisição de insumos a serem utilizados nos apoios aos serviços de manutenção pertinentes à seção carpintaria e marcenaria da oficina de Serviços de Estaleiro.

4.2 O objeto em tela é enquadrado como bem comum, pois seus critérios de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos.

4.3 A inspeção para recebimento dos insumos será realizada por servidor qualificado, indicado pelo fiscal do contrato no local de entrega. Quando necessário e justificável, o Contratante poderá enviar um inspetor devidamente qualificado, para testemunhar os métodos de ensaio requeridos pelas Normas Brasileiras e/ou Internacionais. Neste caso, o fornecedor ou fabricante deverá ser avisado com antecedência da data em que a inspeção será feita.

4.4 Para o recebimento dos insumos, a inspeção deverá seguir a descrição constante da nota fiscal ou guia de remessa, pedido de compra e respectivas especificações constantes no Termo de Referência e seus anexos.

4.5 Os insumos que não atenderam às condições exigidas serão rejeitados.

4.6 O prazo de entrega dos bens será de até 30 (trinta) dias, contados do(a) recebimento da nota de empenho (NE) transmitida via e-mail, para, em remessa única, ser entregue no seguinte endereço: Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, Praça Barão de Ladário s/nº - Ilha das Cobras, Centro, Rio de Janeiro - RJ, Cep 20.091-000; no Edifício 04D – Manutenções de Guindaste - Cais Norte - Divisão de Oficina de Serviços de Estaleiro (AMRJ-246) - em dia útil entre 08h30min às 11h30min ou de 13 horas às 15h30min.

5. Levantamento de Mercado

5.1. Considerando a vasta experiência operacional adquirida ao longo dos anos de serviços executados no Arsenal de Marinha, a experiência observada em outros estaleiros e as possibilidades existentes no mercado, conclui-se que objeto a ser contratado se apresenta como a única solução no mercado em termos de tecnologia, funcionalidade e segurança.

5.2. Tem-se como premissa a obtenção de soluções práticas, econômicas e sustentáveis, observadas as condições de segurança, habitabilidade, eficiência e rápido atendimento a baixo custo, atendendo tanto as necessidades de manter em pleno funcionamento as nossas frotas, como de alcançá-las, sendo o menos oneroso possível.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. Contratação de empresa especializada para fornecimento dos insumos relacionados no objeto.

6.2. A melhor solução foi obtida através do histórico dos serviços solicitados a sessão carpintaria e marcenaria da Divisão de Serviços de Estaleiros, no atendimento ao apoio de reparos dos Meios Navais dos Navios Atracados e Docados neste AMRJ.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. O detalhamento deste quantitativo é apresentado a seguir conforme tabela:

Grupo 1 – Produtos Químicos

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	CatMat	Unidade de Medida	Quantidade mínima	Quantidade máxima
1	AGUARRÁS – SOLVENTE MINERAL PARA VERNIZ – LATA 5 L	429924	UNID.	2	10
2	VERNIZ MARÍTIMO BRILHANTE, APLICAÇÃO: PORTAS, PORTÕES E JANELAS, AMBIENTE EXTERNO, GALÃO 3,6 LITROS, COR: NATURAL INCOLOR, SECAGEM RÁPIDA, REFERÊNCIA: SPARLACK EXTRA MARÍTIMO BRILHANTE OU SIMILAR	233059	GL	2	10
3	VERNIZ MARÍTIMO ACETINADO, APLICAÇÃO: PORTAS, PORTÕES E JANELAS, AMBIENTE EXTERNO, GALÃO 3,6 LITROS, COR: NATURAL INCOLOR, SECAGEM RÁPIDA, REFERÊNCIA: SPARLACK EXTRA MARÍTIMO ACETINADO OU SIMILAR.	453780	GL	2	50
4	COLA DE CONTATO, COMPOSIÇÃO: POLICLOROPRENO E SOLVENTES ORGÂNICOS, APLICAÇÃO: MADEIRA, COURO, BORRACHA E PLÁSTICO, TIPO: LÍQUIDO VISCOSO, EMBALAGEM COM 2,8 KG, REFERÊNCIA: COLA DE CONTATO FÓRMICA OU SIMILAR.	319588	UNID	2	50
5	ÁLCOOL ETÍLICO ABOLUTO MÍN. DE 99,3°INPM REFERÊNCIA: ÁLCOOL ETÍLICO ABSOLUTO PRING 99,3°INPM OU SIMILAR	346633	L	2	100

6	GOMA LACA (“ASA DE BARATA”), MATERIAL:ORIGEM ANIMAL, COR:AVERMELHADA, APRESENTAÇÃO: PALHETAS TIPO INDIANA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:ENVERNIZAR MÓVEIS DE MADEIRA EM GERAL	377538	KG	2	30
---	---	--------	----	---	----

Grupo 2 – Materiais de Construção

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	CatMat	Unidade de Medida	Quantidade mínima	Quantidade máxima
7	ALGODÃO PARA POLIMENTO, EMBALAGEM COM 100 G.	227345	UNID.	5	50
8	FITA DE PAPEL CREPE, DIM. 38 MM X 50 M, REFERÊNCIA: FITA CREPE 3M SCOTCH 2721 OU SIMILAR.	341745	UNID.	5	50
9	LIXA P/ MADEIRA, COSTADO DE PAPEL, EM DISCO DE D.N. 180 MM X FURO 22 MM GRÃO 100. MATERIAL DO GRÃO: ÓXIDO DE ALUMÍNIO.	484687	UNID	20	500
10	LIXA P/MADEIRA, COSTADO DE PAPEL, EM FOLHAS DE LARG. 225 MM X COMPR. 275 MM, GRÃO 80, MATERIAL DO GRÃO: ÓXIDO DE ALUMÍNIO. REF.: A237 NORTON OU SIMILAR	354502	UNID	20	500
11	LIXA P/MADEIRA, COSTADO DE PAPEL, EM FOLHAS DE LARG. 225 MM X COMPR. 275 MM, GRÃO 100, MATERIAL DO GRÃO: ÓXIDO DE ALUMÍNIO. REF.: A237 NORTON OU SIMILAR	628529	UNID	20	500
12	LIXA P/MADEIRA, COSTADO DE PAPEL, EM FOLHAS DE LARG. 225 MM X COMPR. 275 MM, GRÃO 120. MATERIAL DO GRÃO: ÓXIDO DE ALUMÍNIO. REF.: A237 NORTON OU SIMILAR	320251	UNID	20	500
	LIXA EM ROLO COSTADO DE PANO LARGURA 100 MM X 45 M DE COMPR. GRAO 80. MATERIAL DO GRÃO: ÓXIDO DE				

13	ALUMÍNIO.	440392	UNID	10	200
14	PARAFUSO AUTO-ATARRAXANTE, MATERIAL:AÇO CARBONO, TIPO CABEÇA:CHATA, TIPO FENDA:RETA, DIÂMETRO CORPO:6,1 MM, COMPRIMENTO:65 MM, APLICAÇÃO:MADEIRA	628119	UNID	200	1000
15	PARAFUSO CHIPBOARD CABEÇA CHATA PHILLIPS, MATERIAL:AÇO, DIÂMETRO: 4 MM, COMPRIMENTO NOMINAL:16 MM.	616401	UNID	200	1000
16	PARAFUSO CHIPBOARD CABEÇA CHATA PHILLIPS, MATERIAL:AÇO, DIÂMETRO: 4 MM, COMPRIMENTO NOMINAL: 45 MM,	383796	UNID	200	1000
17	PARAFUSO AUTO-ATARRAXANTE, MATERIAL:AÇO CARBONO, TIPO CABEÇA:CHATA, TIPO FENDA:PHILLIPS, DIÂMETRO:4,20 MM, COMPRIMENTO:38 MM	212942	UNID	200	1000
18	PREGO 18x36 COM CABEÇA	317904	KG	100	300
19	PREGO 18x30 COM CABEÇA	317908	KG	100	300
20	PREGO 16x24 COM CABEÇA	317907	KG	100	300
21	GIZ ESCOLAR BRANCO, CAIXA COM 50 UNID.	202607	UNID (CAIXA)	10	50
22	ARAME GALVANIZADO, MATERIAL: METAL, FIO 14 (2,10MM)	471741	KG	20	100

Grupo 3 – Ferramentas

--	--	--	--	--	--

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	CatMat	Unidade de Medida	Quantidade mínima	Quantidade máxima
23	LÂMINA DE SERRA PARA MAQUINA TICO-TICO BIMETAL, COMPR. 76 MM, LARG. 7,5 MM, DENTES POR POLEGADA: 8, CORTE RETO / CURVO, HASTE DE ENCAIXE T UNIVERSAL, APLICAÇÃO: MADEIRA. CARTELA COM 5 LÂMINAS. REFERÊNCIA: SERRA TICO-TICO BI-METAL UNIQUE STARRETT MODELO BU38 OU SIMILAR	315490	UNID	5	20
24	LÂMINA DE SERRA PARA MAQUINA TICO-TICO BIMETAL, COMPR. 105 MM, LARG. 9,5 MM, DENTES POR POLEGADA: 10-14, CORTE RETO / CURVO, HASTE DE ENCAIXE T UNIVERSAL, APLICAÇÃO: MADEIRA/MULTIUSO. CARTELA COM 5 LÂMINAS. REFERÊNCIA: SERRA TICO-TICO BI-METAL UNIQUE STARRETT MODELO BU41014 OU SIMILAR	447927	UNID	5	20
25	JOGO DE SERRA COPO PARA MADEIRA, 5 PEÇAS (TAMANHOS 32, 38, 44 E 54 MM), CORPO EM AÇO ESPECIAL, DENTES TRAVADOS, COM SUPORTE PARA SERRA COPO COM BROCA PILOTO DE 6X60 MM, REFERÊNCIA: TRAMONTINA 42625501 OU SIMILAR.	475527	UNID	2	10
26	JOGO DE CHAVES DE FENDA, MATERIAL: AÇO CROMO VANÁDIO, TIPO DE PONTA: FENDA RETA (BITOLAS: 1/4X4, 1/4X6, 3/16X4, 3/16X6, 1/4X1 1/2) E FENDA PHILLIPS, BITOLAS: 1/4X4, 1/4X6, 3/16X4, 3/16X6, 1/4X1 1/2) QUANTIDADE TOTAL DE PEÇAS: 10 UN. REFERÊNCIA: TRAMONTINA 41530510 OU SIMILAR.	483811	UNID	5	20
27	JOGO CHAVES FENDA, MATERIAL HASTE:AÇO CROMO VANÁDIO, TIPO PONTA: FENDA RETA E PHILLIPS, TIPO CABO: ISOLADO, QUANTIDADE PEÇAS:6 UN, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:ISOLAÇÃO DE 1000V CA, BITOLA PONTA FENDA RETA: 03= (1/4X6, 3/16X4, 1/8X3) POL, BITOLA PONTA PHILLIPS: 03= (1/4X6, 3/16X4, 1/8X6) POL, REFERÊNCIA: JOGO DE CHAVES DE FENDA PARA ELETRICISTA TRAMONTINA PRO OU SIMILAR.	601980	UNID	5	20
28	CHAVE AJUSTÁVEL, MATERIAL:AÇO, TAMANHO:15 POL, ABERTURA:43 MM.	291835	UNID	5	20
29	ESQUADRO CARPINTEIRO, COMPRIMENTO 350MM, LÂMINA DE AÇO INOX COM GRADUAÇÃO EM MILÍMETROS, REFERÊNCIA: STARRETT, N° K53M-350-S OU SIMILAR.	217677	UNID	2	10
30	ESTILETE DESENHO, MATERIAL CORPO:PLÁSTICO RESISTENTE, LARGURA LÂMINA:20 MM, TIPO LÂMINA:RETRÁTIL, TIPO	227514	UNID	2	10

	FIXAÇÃO LÂMINA:ENCAIXE DE PRESSÃO				
31	FORMÃO, MATERIAL CORPO:CROMO VANÁDIO, MATERIAL CABO:MADEIRA, BITOLA:3/4 POL	249752	UNID	2	5
32	SERROTE CARPINTEIRO, MATERIAL LÂMINA:AÇO, MATERIAL CABO:MADEIRA, COMPRIMENTO:18 POL	312497	UNID	2	10

Grupo 4 – EPI

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	CatMat	Unidade de Medida	Quantidade mínima	Quantidade máxima
33	LUVA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO, MATERIAL: LÁTEX, TAMANHO: G, AMBIDESTRA, DESCARTÁVEL, CAIXA COM 100 UNIDADES	620093	UNID (CAIXA)	10	50
34	RESPIRADOR DESCARTÁVEL, PEÇA SEMIFACIAL, COM VÁLVULA DE EXALAÇÃO, PARA PROTEÇÃO CONTRA POEIRA, NÉVOAS E FUMOS (PFF2), CONTRA AEROSSÓIS SÓLIDOS E LÍQUIDOS NÃO OLEOSOS, REFERÊNCIA: MÁSCARA DE PROTEÇÃO RESPIRATÓRIA DOBRÁVEL 3M 9822+BR PFF-2(S) OU SIMILAR.	293570	UNID	20	200

--	--	--	--	--	--

Grupo 5 – Equipamento de furo e corte

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	CatMat	Unidade de Medida	Quantidade mínima	Quantidade máxima
35	FURADEIRA, TIPO:IMPACTO, POTÊNCIA:700 W, TAMANHO MANDRIL:1/2 POL, VOLTAGEM: 110V OU 220V, COM VELOCIDADE VARIÁVEL, REVERSÍVEL, REFERÊNCIA: SDH700 STANLEY OU SIMILAR	258063	UNID	2	5
36	FURADEIRA, TIPO:IMPACTO, POTÊNCIA:1050 W, TAMANHO MANDRIL:1/2 POL, VOLTAGEM: 110V OU 220V, COM VELOCIDADE VARIÁVEL, REVERSÍVEL, REFERÊNCIA: FIV 1050 VONDER OU SIMILAR	485349	UNID	2	5
37	PARAFUSADEIRA / FURADEIRA DE IMPACTO A BATERIA, COM CARREGADOR BIVOLT, DUAS BATERIAS 18V-2Ah E MALETA, TAMANHO MANDRIL:1/2 POL. REFERÊNCIA: BOSCH GSB 185 - LI OU SIMILAR	601881	UNID	2	5
38	PLAINA ELÉTRICA, TAMANHO DA FACA 82MM, POTÊNCIA:620 WATT, VOLTAGEM:110V. REF.: MAKITA KP0800 110V OU SIMILAR	220735	UNID	2	10
39	SERRA CIRCULAR, POTÊNCIA:2.000 W, DIÂMETRO DISCO:184 MM, VOLTAGEM:110 V OU 220 V. REFERÊNCIA: BOSCH GKS 20-65 OU SIMILAR.	481436	UNID	2	10
40	TUPIA DE COLUNA MANUAL (TUPIA DE IMERSÃO), COM UMA FRESA PARALELA, POTÊNCIA MOTOR: 1300 W, TAMANHO DAS PINÇAS: 6MM / ¼”, VOLTAGEM:110V OU 220V. REF.: BOSCH GOF 130 OU SIMILAR	323050	UNID	2	10

--	--	--	--	--	--

Grupo 6 – Madeiras

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	CatMat	Unidade de Medida	Quantidade mínima	Quantidade máxima
41	Tábua de Cedrinho. Formato retangular, Largura: 20 cm, Comprimento: 5,40 M, espessura: 2,5 cm. Tonalidade: natural	322191	UNID	100	200
42	Madeira de construção, Tipo: Freijó, Formato: Pranchão, comprimento: 5 M, Largura: 305 MM, Espessura: 76,2 MM, Aparelhada.	319197	UNID	20	50
43	CEDRINHO EM PERNA DIMENSÕES: ALT. 76 MM X ALT. 76 MM X COMPR. 4,0 M (TOLERÂNCIA +/- 1 M)	319208	UNID	10	30
44	CEDRO COMPENSADO EM CHAPA DIMENSÕES: COMPR. 2,2 M X LARG. 1,6 M X ESPES. 4,0 MM	231558	UNID	10	30
45	CEDRO COMPENSADO EM CHAPA DIMENSÕES: COMPR. 2,2 M X LARG. 1,6 M X ESPES. 6,0 MM	228647	UNID	10	50
46	CEDRO COMPENSADO EM CHAPA DIMENSÕES: COMPR. 2,2 M X LARG. 1,6 M X ESPES. 10,0 MM	228649	UNID	10	50
47	CEDRO COMPENSADO EM CHAPA DIMENSÕES: COMPR. 2,2 M X LARG. 1,6 M X ESPES. 15,0 MM	229530	UNID	10	100
48	CEDRO COMPENSADO EM CHAPA DIMENSÕES: COMPR. 2,2 M X LARG. 1,6 M X ESPES. 20,0 MM	229529	UNID	10	100
49	MADEIRA CONSTRUÇÃO, TIPO MADEIRA: CEDRO, FORMATO: PRANCHÃO, COMPRIMENTO: 5 M, LARGURA: 305 MM, ESPESSURA: 76 MM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SEM TRATAMENTO, APLICAÇÃO: MARCENARIA	310981	UNID	10	50

50	COMPENSADO MADEIRA, MATERIAL:PINHO NAVAL, COMPRIMENTO:2,20 M, LARGURA:1,60 M, ESPESSURA:4 MM, APLICAÇÃO:FABRICAÇÃO DE PEÇAS EM MADEIRA	237620	UNID	10	50
51	COMPENSADO MADEIRA, MATERIAL:PINHO NAVAL, COMPRIMENTO:2,20 M, LARGURA:1,60 M, ESPESSURA:6 MM, APLICAÇÃO:MATERIAL DE MANUTENÇÃO	464019	UNID	10	100
52	COMPENSADO MADEIRA, MATERIAL:PINHO NAVAL, COMPRIMENTO:2,20 M, LARGURA:1,60 M, ESPESSURA:10 MM, APLICAÇÃO:FABRICAÇÃO DE PEÇAS EM MADEIRA	237621	UNID	10	300
53	COMPENSADO MADEIRA, MATERIAL:PINHO NAVAL, COMPRIMENTO:2,20 M, LARGURA:1,60 M, ESPESSURA:15 MM, APLICAÇÃO:FABRICAÇÃO DE PEÇAS EM MADEIRA	308539	UNID	10	300
54	COMPENSADO MADEIRA, MATERIAL:PINHO NAVAL, COMPRIMENTO:2,20 M, LARGURA:1,60 M, ESPESSURA:20 MM, APLICAÇÃO:MATERIAL DE MANUTENÇÃO	275166	UNID	10	50
55	COMPENSADO MADEIRA, MATERIAL:PINHO NAVAL, COMPRIMENTO:2,20 M, LARGURA:1,60 M, ESPESSURA:25 MM, APLICAÇÃO:MATERIAL DE MANUTENÇÃO	275163	UNID	10	50
56	TÁBUA DE PINUS, COMPRIMENTO 300 CM, LARGURA 30 CM, ALTURA 2 CM.	602585	UNID	10	100

--	--	--	--	--	--	--

desabastecimento quanto a formação de estoques excessivos. Assim, a contratação proposta encontra-se plenamente alinhada ao planejamento estratégico institucional e às diretrizes do PROGEM, assegurando a continuidade das atividades finalísticas do AMRJ e o atendimento tempestivo às demandas da Marinha do Brasil.

12. Validade da Ata de Registro de Preços

12.1 A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor e desde que comprovada a vantajosidade dos preços. Na hipótese de prorrogação da vigência, os quantitativos a serem registrados corresponderão integralmente aos quantitativos originalmente previstos na Ata de Registro de Preços, não se confundindo com eventuais saldos remanescentes do período anterior.

13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

13.1. Esta Organização Militar em atendimento às suas políticas de qualidade e aos Princípios Administrativos da economicidade, eficácia e eficiência, emanadas pela Marinha do Brasil, alinhado aos ditames da atual conjuntura econômica do país, tem como objetivo aperfeiçoar sua gestão e otimizar seus recursos humanos, materiais e financeiros, por meio de contratações desse tipo para atendimento da manutenção preventiva e corretiva previstas no PROGEM.

13.2. Com a presente contratação pretende-se obter uma solução vantajosa do ponto de vista técnico e financeiro uma vez que, delegando à futura contratada a responsabilidade pelos fornecimentos citados no item 7.1 deste estudo, a administração se abstém da necessidade de manutenção de uma estrutura demasiadamente dispendiosa com equipamentos, materiais e recursos humanos, possibilitando aplicar da melhor forma os recursos já existentes, complementando através da contratação o atendimento a demandas não cobertas pela estrutura própria.

13.3. Dessa forma, vislumbra-se que o AMRJ, enquanto estaleiro militar, será diretamente beneficiado com a aquisição ora em comento, porque poderá ter acesso a novas tecnologias mais objetivas e econômicas lançadas no mercado para execução de serviços correlatos ao objeto do futuro contrato.

13.4. Neste contexto, com a implementação do certame licitatório, para contratação do serviço em lide, o AMRJ terá meios de obter a proposta mais vantajosa para Administração, o que, de pronto, denota um melhor aproveitamento dos escassos recursos financeiros disponibilizados pela União Federal, reforçando assim preceitos de economicidade e eficiência do processo de obtenção deste Arsenal de Marinha.

14. Providências a serem Adotadas

14.1. Em razão dos aspectos construtivos das instalações do AMRJ, concebidas para abrigar um grande e imponente estaleiro militar e, inclusive, devido ao parque industrial já existente, abriga prédios, diques, carreiras e cais necessários para atracação e/ou docagem dos meios navais que serão alvo dos serviços constantes do objeto a ser contratado, não se faz necessário a elaboração de cronograma das atividades necessárias à adequação do ambiente deste Arsenal de Marinha para que a contratação surta seus efeitos.

14.2. Cabe esclarecer que apenas pequenas medidas de caráter administrativo serão implementadas futura contratada tenha livre acesso às dependências do AMRJ, de forma que os serviços sejam executados dentro do prazo contratual, com a devida fiscalização conforme exigido no contrato.

15. Possíveis Impactos Ambientais

15.1. Será exigido que a contratada adote, durante a execução do objeto, as práticas de sustentabilidade implementadas por essa Organização Militar, em especial às seguintes diretrizes internas estabelecidas:

15.1.1. Exigência de licença ambiental para atividades utilizadoras de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidoras ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental. Base jurídica lei N° 9795, de 27 de abril de 1999; - dispõe sobre a educação ambiental, institui a política nacional de educação ambiental e da outras providencias; Estratégia Federal de desenvolvimento (EFD) 2020-2031, item 4.3.4 – desafio: promover oportunidades de negócios sustentáveis em meio ambiente (decreto N° 10531 de 2020) C/C lei de licitações e contratos administrativos – 14.133 artigos 5, 45 e 144; agenda 2030 da ONU - objetivo 12 - assegurar padrões de produção e consumo sustentáveis.

15.2. Em cumprimento ao Acórdão 1666/2019-TCU-Plenário e item 13 do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, não será exigido o CTF, tendo em vista que o mercado não está preparado para atender as exigências de sustentabilidade para a fabricação e fornecimento do material, objeto do presente certame. Entretanto, em razão das exigências legais aplicáveis à cadeia de produção, comercialização e transporte de produtos florestais de origem nativa, a apresentação do CTF/IBAMA será obrigatória para a empresa contratada responsável pelo fornecimento dos itens confeccionados em madeira nativa, correspondentes ao Grupo 6 (itens 41 a 49), como condição para a execução contratual e comprovação da regularidade ambiental pertinente. A comprovação do CTF ocorrerá exclusivamente na fase de contratação, e não como condição de participação na licitação, preservando-se a ampla competitividade do certame.

15.3. Durante a execução da atividade objeto do TR, será exigida, para as empresas contratadas ou para as empresas que vierem a ser subcontratadas por estas, a utilização de bacia de contenção para produtos oleosos e/ou químicos e segregação adequada dos resíduos gerados, a fim de se evitar possíveis impactos ambientais.

15.4. A empresa contratada deverá seguir a legislação ambiental vigente, além de adotar planos de contingência para lidar com emergências ambientais, garantindo uma resposta rápida e eficaz para minimizar danos em caso de acidentes ou incidentes ambientais.

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

Em síntese, com base nas informações levantadas ao longo do presente Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação para o fornecimento de materiais, por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP), é viável, tanto sob o ponto de vista técnico quanto sob o ponto de vista econômico.


A viabilidade técnica está evidenciada pela padronização dos materiais a serem adquiridos, os quais possuem especificações objetivas e usuais no mercado, atendendo plenamente às necessidades operacionais do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro e às demandas decorrentes das atividades de manutenção preventiva e corretiva. Ademais, trata-se de materiais amplamente disponíveis no mercado, não havendo restrições técnicas relevantes quanto ao seu fornecimento.

Sob o aspecto econômico, a adoção do Sistema de Registro de Preços mostra-se adequada e vantajosa, uma vez que possibilita a contratação conforme a efetiva necessidade da Administração, com fornecimentos parcelados ao longo da vigência da ata, evitando-se aquisições excessivas, imobilização desnecessária de recursos e custos adicionais com armazenagem. Tal modelo contribui para a racionalização do gasto público e para a obtenção de melhores condições comerciais.

Diante do exposto, considera-se viável a realização da presente licitação, visando ao registro de preços para futura e eventual aquisição dos materiais descritos neste ETP, a fim de se adjudicar a empresa licitante que apresentar o menor preço global em conformidade com as especificações técnicas e demais condições estabelecidas no instrumento convocatório.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Documento assinado digitalmente
 JULIANA DOS SANTOS CARNEIRO DA CUNHA
Data: 02/06/2026 13:39:26-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

JULIANA DOS SANTOS CARNEIRO DA CUNHA

Equipe Técnica de Planejamento

PLANILHA DE COTAÇÃO DE PREÇOS

(TIMBRE DA EMPRESA)

Razão Social: _____

Endereço: _____

CNPJ: _____ Tel: _____

Email: _____

MODELO DE PLANILHA DE COTAÇÃO DE PREÇOS

Objeto: Insumos para Marcenaria e Carpintaria da divisão de serviços de estaleiro.

Grupo 1 – Produtos Químicos							
ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	CatMat	Unidade de Medida	Qtd min	Qtd max	Valor Unitário	Valor Total
1	AGUARRÁS – SOLVENTE MINERAL PARA VERNIZ – LATA 5 L	429924	UNID.	2	10		
2	VERNIZ MARÍTIMO BRILHANTE, APLICAÇÃO: PORTAS, PORTÕES E JANELAS, AMBIENTE EXTERNO, GALÃO 3,6 LITROS, COR: NATURAL INCOLOR, SECAGEM RÁPIDA, REFERÊNCIA: SPARLACK EXTRA MARÍTIMO BRILHANTE OU SIMILAR	233059	GL	2	10		
3	VERNIZ MARÍTIMO ACETINADO, APLICAÇÃO: PORTAS, PORTÕES E JANELAS, AMBIENTE EXTERNO, GALÃO 3,6 LITROS, COR: NATURAL INCOLOR, SECAGEM RÁPIDA, REFERÊNCIA: SPARLACK EXTRA MARÍTIMO ACETINADO OU SIMILAR.	453780	GL	2	50		
4	COLA DE CONTATO, COMPOSIÇÃO: POLICLOROPRENO E SOLVENTES ORGÂNICOS, APLICAÇÃO: MADEIRA, COURO, BORRACHA E PLÁSTICO, TIPO: LÍQUIDO VISCOSO, EMBALAGEM COM 2,8 KG, REFERÊNCIA: COLA DE CONTATO FÓRMICA OU SIMILAR.	319588	UNID	2	50		

5	ÁLCOOL ETÍLICO ABOLUTO MÍN. DE 99,3°INPM REFERÊNCIA: ÁLCOOL ETÍLICO ABSOLUTO PRING 99,3°INPM OU SIMILAR	346633	L	2	100		
6	GOMA LACA ("ASA DE BARATA"), MATERIAL:ORIGEM ANIMAL, COR:AVERMELHADA, APRESENTAÇÃO: PALHETAS TIPO INDIANA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:ENVERNIZAR MÓVEIS DE MADEIRA EM GERAL	377538	KG	2	30		
	VALOR TOTAL GRUPO 1						

(DATA)

(ASSINATURA)

(IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE DA EMPRESA)

PLANILHA DE COTAÇÃO DE PREÇOS

(TIMBRE DA EMPRESA)

Razão Social: _____

Endereço: _____

CNPJ: _____ Tel: _____

Email: _____

MODELO DE PLANILHA DE COTAÇÃO DE PREÇOS

Objeto: Insumos para Marcenaria e Carpintaria da divisão de serviços de estaleiro.

Grupo 2 – Materiais de Construção							
ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	CatMat	Unidade de Medida	Qtd min	Qtd max	Valor Unitário	Valor Total
7	ALGODÃO PARA POLIMENTO, EMBALAGEM COM 100 G.	227345	UNID.	5	50		
8	FITA DE PAPEL CREPE, DIM. 38 MM X 50 M, REFERÊNCIA: FITA CREPE 3M SCOTCH 2721 OU SIMILAR.	341745	UNID.	5	50		
9	LIXA P/ MADEIRA, COSTADO DE PAPEL, EM DISCO DE D.N. 180 MM X FURO 22 MM GRÃO 100. MATERIAL DO GRÃO: ÓXIDO DE ALUMÍNIO.	484687	UNID	20	500		
10	LIXA P/MADEIRA, COSTADO DE PAPEL, EM FOLHAS DE LARG. 225 MM X COMPR. 275 MM, GRÃO 80, MATERIAL DO GRÃO: ÓXIDO DE ALUMÍNIO. REF.: A237 NORTON OU SIMILAR	354502	UNID	20	500		
11	LIXA P/MADEIRA, COSTADO DE PAPEL, EM FOLHAS DE LARG. 225 MM X COMPR. 275 MM, GRÃO 100, MATERIAL DO GRÃO: ÓXIDO DE ALUMÍNIO. REF.: A237 NORTON OU SIMILAR	628529	UNID	20	500		
12	LIXA P/MADEIRA, COSTADO DE PAPEL, EM FOLHAS DE LARG. 225 MM X COMPR. 275 MM, GRÃO 120. MATERIAL DO GRÃO: ÓXIDO DE ALUMÍNIO. REF.: A237 NORTON OU SIMILAR	320251	UNID	20	500		
13	LIXA EM ROLO COSTADO DE PANO LARGURA 100 MM X 45 M DE COMPR. GRAO 80. MATERIAL DO GRÃO: ÓXIDO DE ALUMÍNIO.	440392	UNID	10	200		

14	PARAFUSO AUTO-ATARRAXANTE, MATERIAL:AÇO CARBONO, TIPO CABEÇA:CHATA, TIPO FENDA:RETA, DIÂMETRO CORPO:6,1 MM, COMPRIMENTO:65 MM, APLICAÇÃO:MADEIRA	628119	UNID	200	1000		
15	PARAFUSO CHIPBOARD CABEÇA CHATA PHILLIPS, MATERIAL:AÇO, DIÂMETRO: 4 MM, COMPRIMENTO NOMINAL:16 MM.	616401	UNID	200	1000		
16	PARAFUSO CHIPBOARD CABEÇA CHATA PHILLIPS, MATERIAL:AÇO, DIÂMETRO: 4 MM, COMPRIMENTO NOMINAL: 45 MM,	383796	UNID	200	1000		
17	PARAFUSO AUTO-ATARRAXANTE, MATERIAL:AÇO CARBONO, TIPO CABEÇA:CHATA, TIPO FENDA:PHILLIPS, DIÂMETRO:4,20 MM, COMPRIMENTO:38 MM	212942	UNID	200	1000		
18	PREGO 18x36 COM CABEÇA	317904	KG	100	300		
19	PREGO 18x30 COM CABEÇA	317908	KG	100	300		
20	PREGO 16x24 COM CABEÇA	317907	KG	100	300		
21	GIZ ESCOLAR BRANCO, CAIXA COM 50 UNID.	202607	UNID (CAIXA)	10	50		
22	ARAME GALVANIZADO, MATERIAL: METAL, FIO 14 (2,10MM)	471741	KG	20	100		
	VALOR TOTAL GRUPO 2						

(DATA)

(ASSINATURA)

(IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE DA EMPRESA)

PLANILHA DE COTAÇÃO DE PREÇOS

(TIMBRE DA EMPRESA)

Razão Social: _____

Endereço: _____

CNPJ: _____ Tel: _____

Email: _____

MODELO DE PLANILHA DE COTAÇÃO DE PREÇOS

Objeto: Insumos para Marcenaria e Carpintaria da divisão de serviços de estaleiro.

Grupo 3 – Ferramentas							
ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	CatMat	Unidade de Medida	Qtd min	Qtd max	Valor Unitário	Valor Total
23	LÂMINA DE SERRA PARA MAQUINA TICO-TICO BIMETAL, COMPR. 76 MM, LARG. 7,5 MM, DENTES POR POLEGADA: 8, CORTE RETO / CURVO, HASTE DE ENCAIXE T UNIVERSAL, APLICAÇÃO: MADEIRA. CARTELA COM 5 LÂMINAS. REFERÊNCIA: SERRA TICO-TICO BI-METAL UNIQUE STARRETT MODELO BU38 OU SIMILAR	315490	UNID	5	20		
24	LÂMINA DE SERRA PARA MAQUINA TICO-TICO BIMETAL, COMPR. 105 MM, LARG. 9,5 MM, DENTES POR POLEGADA: 10-14, CORTE RETO / CURVO, HASTE DE ENCAIXE T UNIVERSAL, APLICAÇÃO: MADEIRA/MULTIUSO. CARTELA COM 5 LÂMINAS. REFERÊNCIA: SERRA TICO-TICO BI-METAL UNIQUE STARRETT MODELO BU41014 OU SIMILAR	447927	UNID	5	20		
25	JOGO DE SERRA COPO PARA MADEIRA, 5 PEÇAS (TAMANHOS 32, 38, 44 E 54 MM), CORPO EM AÇO ESPECIAL, DENTES TRAVADOS, COM SUPORTE PARA SERRA COPO COM BROCA PILOTO DE 6X60 MM, REFERÊNCIA: TRAMONTINA 42625501 OU SIMILAR.	475527	UNID	2	10		
26	JOGO DE CHAVES DE FENDA, MATERIAL: AÇO CROMO VANÁDIO, TIPO DE PONTA:	483811	UNID	5	20		

	FENDA RETA (BITOLAS: 1/4X4, 1/4X6, 3/16X4, 3/16X6, 1/4X1 1/2) E FENDA PHILLIPS, BITOLAS: 1/4X4, 1/4X6, 3/16X4, 3/16X6, 1/4X1 1/2) QUANTIDADE TOTAL DE PEÇAS: 10 UN. REFERÊNCIA: TRAMONTINA 41530510 OU SIMILAR.						
27	JOGO CHAVES FENDA, MATERIAL HASTE:AÇO CROMO VANÁDIO, TIPO PONTA: FENDA RETA E PHILLIPS, TIPO CABO: ISOLADO, QUANTIDADE PEÇAS:6 UN, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:ISOLAÇÃO DE 1000V CA, BITOLA PONTA FENDA RETA: 03= (1/4X6, 3/16X4, 1/8X3) POL, BITOLA PONTA PHILLIPS: 03= (1/4X6, 3/16X4, 1/8X6) POL, REFERÊNCIA: JOGO DE CHAVES DE FENDA PARA ELETRICISTA TRAMONTINA PRO OU SIMILAR.	601980	UNID	5	20		
28	CHAVE AJUSTÁVEL, MATERIAL:AÇO, TAMANHO:15 POL, ABERTURA:43 MM.	291835	UNID	5	20		
29	ESQUADRO CARPINTEIRO, COMPRIMENTO 350MM, LÂMINA DE AÇO INOX COM GRADUAÇÃO EM MILÍMETROS, REFERÊNCIA: STARRETT, N° K53M-350-S OU SIMILAR.	217677	UNID	2	10		
30	ESTILETE DESENHO, MATERIAL CORPO:PLÁSTICO RESISTENTE, LARGURA LÂMINA:20 MM, TIPO LÂMINA:RETRÁTIL, TIPO FIXAÇÃO LÂMINA:ENCAIXE DE PRESSÃO	227514	UNID	2	10		
31	FORMÃO, MATERIAL CORPO:CROMO VANÁDIO, MATERIAL CABO:MADEIRA, BITOLA:3/4 POL	249752	UNID	2	5		
32	SERROTE CARPINTEIRO, MATERIAL LÂMINA:AÇO, MATERIAL CABO:MADEIRA, COMPRIMENTO:18 POL	312497	UNID	2	10		
	VALOR TOTAL GRUPO 3						

(DATA)

(ASSINATURA)

(IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE DA EMPRESA)

PLANILHA DE COTAÇÃO DE PREÇOS

(TIMBRE DA EMPRESA)

Razão Social: _____

Endereço: _____

CNPJ: _____ Tel: _____

Email: _____

MODELO DE PLANILHA DE COTAÇÃO DE PREÇOS

Objeto: Insumos para Marcenaria e Carpintaria da divisão de serviços de estaleiro.

Grupo 4 – EPI							
ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	CatMat	Unidade de Medida	Qtd min	Qtd max	Valor Unitário	Valor Total
33	LUVA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO, MATERIAL: LÁTEX, TAMANHO: G, AMBIDESTRA, DESCARTÁVEL, CAIXA COM 100 UNIDADES	620093	UNID (CAIXA)	10	50		
34	RESPIRADOR DESCARTÁVEL, PEÇA SEMIFACIAL, COM VÁLVULA DE EXALAÇÃO, PARA PROTEÇÃO CONTRA POEIRA, NÉVOAS E FUMOS (PFF2), CONTRA AEROSSÓIS SÓLIDOS E LÍQUIDOS NÃO OLEOSOS, REFERÊNCIA: MÁSCARA DE PROTEÇÃO RESPIRATÓRIA DOBRÁVEL 3M 9822+BR PFF-2(S) OU SIMILAR.	293570	UNID	20	200		
	VALOR TOTAL GRUPO 4						

(DATA)

(ASSINATURA)

(IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE DA EMPRESA)

PLANILHA DE COTAÇÃO DE PREÇOS

(TIMBRE DA EMPRESA)

Razão Social: _____

Endereço: _____

CNPJ: _____ Tel: _____

Email: _____

MODELO DE PLANILHA DE COTAÇÃO DE PREÇOS

Objeto: Insumos para Marcenaria e Carpintaria da divisão de serviços de estaleiro.

Grupo 5 – Equipamento de furo e corte							
ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	CatMat	Unidade de Medida	Qtd min	Qtd max	Valor Unitário	Valor Total
35	FURADEIRA, TIPO:IMPACTO, POTÊNCIA:700 W, TAMANHO MANDRIL:1/2 POL, VOLTAGEM: 110V OU 220V, COM VELOCIDADE VARIÁVEL, REVERSÍVEL, REFERÊNCIA: SDH700 STANLEY OU SIMILAR	258063	UNID	2	5		
36	FURADEIRA, TIPO:IMPACTO, POTÊNCIA:1050 W, TAMANHO MANDRIL:1/2 POL, VOLTAGEM: 110V OU 220V, COM VELOCIDADE VARIÁVEL, REVERSÍVEL, REFERÊNCIA: FIV 1050 VONDER OU SIMILAR	485349	UNID	2	5		
37	PARAFUSADEIRA / FURADEIRA DE IMPACTO A BATERIA, COM CARREGADOR BIVOLT, DUAS BATERIAS 18V-2Ah E MALETA, TAMANHO MANDRIL:1/2 POL. REFERÊNCIA: BOSCH GSB 185 - LI OU SIMILAR	601881	UNID	2	5		
38	PLAINA ELÉTRICA, TAMANHO DA FACA 82MM, POTÊNCIA:620 WATT, VOLTAGEM:110V. REF.: MAKITA KP0800 110V OU SIMILAR	220735	UNID	2	10		
39	SERRA CIRCULAR, POTÊNCIA:2.000 W, DIÂMETRO DISCO:184 MM, VOLTAGEM:110 V OU 220 V. REFERÊNCIA: BOSCH GKS 20-65 OU SIMILAR.	481436	UNID	2	10		
40	TUPIA DE COLUNA MANUAL (TUPIA DE IMERSÃO), COM UMA FRESA PARALELA, POTÊNCIA MOTOR: 1300 W, TAMANHO DAS PINÇAS: 6MM /	323050	UNID	2	10		

	1/4", VOLTAGEM:110V OU 220V. REF.: BOSCH GOF 130 OU SIMILAR						
	VALOR TOTAL GRUPO 5						

(DATA)
(ASSINATURA)
(IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE DA EMPRESA)

PLANILHA DE COTAÇÃO DE PREÇOS

(TIMBRE DA EMPRESA)

Razão Social: _____

Endereço: _____

CNPJ: _____ Tel: _____

Email: _____

MODELO DE PLANILHA DE COTAÇÃO DE PREÇOS

Objeto: Insumos para Marcenaria e Carpintaria da divisão de serviços de estaleiro.

Grupo 6 – Madeiras							
ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	CatMat	Unidade de Medida	Qtd min	Qtd max	Valor Unitário	Valor Total
41	Tábua de Cedrinho. Formato retangular, Largura: 20 cm, Comprimento: 5,40 M, espessura: 2,5 cm. Tonalidade: natural	322191	UNID	100	200		
42	Madeira de construção, Tipo: Freijó, Formato: Pranchão, comprimento: 5 M, Largura: 305 MM, Espessura: 76,2 MM, Aparelhada.	319197	UNID	20	50		
43	CEDRINHO EM PERNA DIMENSÕES: ALT. 76 MM X ALT. 76 MM X COMPR. 4,0 M (TOLERÂNCIA +/- 1 M)	319208	UNID	10	30		
44	CEDRO COMPENSADO EM CHAPA DIMENSÕES: COMPR. 2,2 M X LARG. 1,6 M X ESPES. 4,0 MM	231558	UNID	10	30		
45	CEDRO COMPENSADO EM CHAPA DIMENSÕES: COMPR. 2,2 M X LARG. 1,6 M X ESPES. 6,0 MM	228647	UNID	10	50		
46	CEDRO COMPENSADO EM CHAPA DIMENSÕES: COMPR. 2,2 M X LARG. 1,6 M X ESPES. 10,0 MM	228649	UNID	10	50		
47	CEDRO COMPENSADO EM CHAPA DIMENSÕES: COMPR. 2,2 M X LARG. 1,6 M X ESPES. 15,0 MM	229530	UNID	10	100		
48	CEDRO COMPENSADO EM CHAPA DIMENSÕES: COMPR. 2,2 M X LARG. 1,6 M X ESPES. 20,0 MM	229529	UNID	10	100		
49	MADEIRA CONSTRUÇÃO, TIPO MADEIRA: CEDRO, FORMATO: PRANCHÃO, COMPRIMENTO: 5 M, LARGURA: 305 MM, ESPESSURA: 76 MM,	310981	UNID	10	50		

	CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:SEM TRATAMENTO, APLICAÇÃO:MARCENARIA						
50	COMPENSADO MADEIRA, MATERIAL:PINHO NAVAL, COMPRIMENTO:2,20 M, LARGURA:1,60 M, ESPESSURA:4 MM, APLICAÇÃO:FABRICAÇÃO DE PEÇAS EM MADEIRA	237620	UNID	10	50		
51	COMPENSADO MADEIRA, MATERIAL:PINHO NAVAL, COMPRIMENTO:2,20 M, LARGURA:1,60 M, ESPESSURA:6 MM, APLICAÇÃO:MATERIAL DE MANUTENÇÃO	464019	UNID	10	100		
52	COMPENSADO MADEIRA, MATERIAL:PINHO NAVAL, COMPRIMENTO:2,20 M, LARGURA:1,60 M, ESPESSURA:10 MM, APLICAÇÃO:FABRICAÇÃO DE PEÇAS EM MADEIRA	237621	UNID	10	300		
53	COMPENSADO MADEIRA, MATERIAL:PINHO NAVAL, COMPRIMENTO:2,20 M, LARGURA:1,60 M, ESPESSURA:15 MM, APLICAÇÃO:FABRICAÇÃO DE PEÇAS EM MADEIRA	308539	UNID	10	300		
54	COMPENSADO MADEIRA, MATERIAL:PINHO NAVAL, COMPRIMENTO:2,20 M, LARGURA:1,60 M, ESPESSURA:20 MM, APLICAÇÃO:MATERIAL DE MANUTENÇÃO	275166	UNID	10	50		
55	COMPENSADO MADEIRA, MATERIAL:PINHO NAVAL, COMPRIMENTO:2,20 M, LARGURA:1,60 M, ESPESSURA:25 MM, APLICAÇÃO:MATERIAL DE MANUTENÇÃO	275163	UNID	10	50		
56	TÁBUA DE PINUS, COMPRIMENTO 300 CM, LARGURA 30 CM, ALTURA 2 CM.	602585	UNID	10	100		
	VALOR TOTAL GRUPO 6						

(DATA)

(ASSINATURA)

(IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE DA EMPRESA)

GRUPO 1

Planilha de formação de preços							
GRUPO 1 – PRODUTOS QUÍMICOS							
ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	UNID.	QUANT. MÍN	QUANT. MAX	VALOR UNITÁRIO/MEDIANA (Compras.gov)	VALOR TOTAL
1	AGUARRÁS – SOLVENTE MINERAL PARA VERNIZ – LATA 5 L	429924	UNID.	2	10	R\$ 89,95	R\$ 899,50
2	VERNIZ MARÍTIMO BRILHANTE, APLICAÇÃO: PORTAS, PORTÕES E JANELAS, AMBIENTE EXTERNO, GALÃO 3,6 LITROS, COR: NATURAL INCOLOR, SECAGEM RÁPIDA, REFERÊNCIA: SPARLACK EXTRA MARÍTIMO BRILHANTE OU SIMILAR	233059	GL	2	10	R\$ 175,00	R\$ 1.750,00
3	VERNIZ MARÍTIMO ACETINADO, APLICAÇÃO: PORTAS, PORTÕES E JANELAS, AMBIENTE EXTERNO, GALÃO 3,6 LITROS, COR: NATURAL INCOLOR, SECAGEM RÁPIDA, REFERÊNCIA: SPARLACK EXTRA MARÍTIMO ACETINADO OU SIMILAR.	453780	GL	2	50	R\$ 144,10	R\$ 7.205,00
4	COLA DE CONTATO, COMPOSIÇÃO: POLICLOROPRENO E SOLVENTES ORGÂNICOS, APLICAÇÃO: MADEIRA, COURO, BORRACHA E PLÁSTICO, TIPO: LÍQUIDO VISCOSO, EMBALAGEM COM 2,8 KG, REFERÊNCIA: COLA DE CONTATO FÓRMICA OU SIMILAR.	319588	UNID	2	50	R\$ 126,26	R\$ 6.313,00
5	ÁLCOOL ETÍLICO ABOLUTO MÍN. DE 99,3°INPM REFERÊNCIA: ÁLCOOL ETÍLICO ABSOLUTO PRING 99,3°INPM OU SIMILAR	346633	L	2	100	R\$ 14,42	R\$ 1.442,00
6	GOMA LACA ("ASA DE BARATA"), MATERIAL: ORIGEM ANIMAL, COR: AVERMELHADA, APRESENTAÇÃO: PALHETAS TIPO INDIANA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ENVERNIZAR MÓVEIS DE MADEIRA EM GERAL	377538	KG	2	30	R\$ 232,45	R\$ 6.973,50
						R\$ 24.583,00	

GRUPO 2

GRUPO 2 – MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO							
ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	UNID.	QUANT. MIN	QUANT. MAX	VALOR UNITÁRIO/MEDIANA (Compras.gov)	VALOR TOTAL
7	ALGODÃO PARA POLIMENTO, EMBALAGEM COM 100 G.	227345	UNID.	5	50	R\$ 10,43	R\$ 521,50
8	FITA DE PAPEL CREPE, DIM. 38 MM X 50 M, REFERÊNCIA: FITA CREPE 3M SCOTCH 2721 OU SIMILAR.	341745	UNID.	5	50	R\$ 18,10	R\$ 905,00
9	LIXA P/ MADEIRA, COSTADO DE PAPEL, EM DISCO DE D.N. 180 MM X FURO 22 MM GRÃO 100. MATERIAL DO GRÃO: ÓXIDO DE ALUMÍNIO.	484687	UNID	20	500	R\$ 3,01	R\$ 1.505,00
10	LIXA P/MADEIRA, COSTADO DE PAPEL, EM FOLHAS DE LARG. 225 MM X COMPR. 275 MM, GRÃO 80, MATERIAL DO GRÃO: ÓXIDO DE ALUMÍNIO. REF.: A237 NORTON OU SIMILAR	354502	UNID	20	500	R\$ 1,15	R\$ 575,00
11	LIXA P/MADEIRA, COSTADO DE PAPEL, EM FOLHAS DE LARG. 225 MM X COMPR. 275 MM, GRÃO 100, MATERIAL DO GRÃO: ÓXIDO DE ALUMÍNIO. REF.: A237 NORTON OU SIMILAR	628529	UNID	20	500	R\$ 1,44	R\$ 720,00
12	LIXA P/MADEIRA, COSTADO DE PAPEL, EM FOLHAS DE LARG. 225 MM X COMPR. 275 MM, GRÃO 120. MATERIAL DO GRÃO: ÓXIDO DE ALUMÍNIO. REF.: A237 NORTON OU SIMILAR	320251	UNID	20	500	R\$ 1,75	R\$ 875,00
13	LIXA EM ROLO COSTADO DE PANO LARGURA 100 MM X 45 M DE COMPR. GRAO 80. MATERIAL DO GRÃO: ÓXIDO DE ALUMÍNIO.	440392	UNID	10	200	R\$ 115,63	R\$ 23.126,00

GRUPO 2

14	PARAFUSO AUTO-ATARRAXANTE, MATERIAL:AÇO CARBONO, TIPO CABEÇA:CHATA, TIPO FENDA:RETA, DIÂMETRO CORPO:6,1 MM, COMPRIMENTO:65 MM, APLICAÇÃO:MADEIRA	628119	UNID	200	1000	R\$ 2,95	R\$ 2.950,00
15	PARAFUSO CHIPBOARD CABEÇA CHATA PHILLIPS, MATERIAL:AÇO, DIÂMETRO: 4 MM, COMPRIMENTO NOMINAL:16 MM.	616401	UNID	200	1000	R\$ 0,15	R\$ 150,00
16	PARAFUSO CHIPBOARD CABEÇA CHATA PHILLIPS, MATERIAL:AÇO, DIÂMETRO: 4 MM, COMPRIMENTO NOMINAL: 45 MM,	383796	UNID	200	1000	R\$ 0,17	R\$ 170,00
17	PARAFUSO AUTO-ATARRAXANTE, MATERIAL:AÇO CARBONO, TIPO CABEÇA:CHATA, TIPO FENDA:PHILLIPS, DIÂMETRO:4,20 MM, COMPRIMENTO:38 MM	212942	UNID	200	1000	R\$ 0,26	R\$ 260,00
18	PREGO 18x36 COM CABEÇA	317904	KG	100	300	R\$ 19,15	R\$ 5.745,00
19	PREGO 18x30 COM CABEÇA	317908	KG	100	300	R\$ 16,24	R\$ 4.872,00
20	PREGO 16x24 COM CABEÇA	317907	KG	100	300	R\$ 13,66	R\$ 4.098,00
21	GIZ ESCOLAR BRANCO, CAIXA COM 50 UNID.	202607	UNID (CAIXA)	10	50	R\$ 7,00	R\$ 350,00
22	ARAME GALVANIZADO, MATERIAL: METAL, FIO 14 (2,10MM)	471741	KG	20	100	R\$ 23,93	R\$ 2.393,00

R\$ 49.215,50

GRUPO 3

GRUPO 3 – FERRAMENTAS							
ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	UNID.	QUANT.MIN	QUANT.MAX	VALOR UNITÁRIO/MEDIANA (Compras.gov)	VALOR TOTAL
23	LÂMINA DE SERRA PARA MAQUINA TICO-TICO BIMETAL, COMPR. 76 MM, LARG. 7,5 MM, DENTES POR POLEGADA: 8, CORTE RETO / CURVO, HASTE DE ENCAIXE T UNIVERSAL, APLICAÇÃO: MADEIRA. CARTELA COM 5 LÂMINAS. REFERÊNCIA: SERRA TICO-TICO BI-METAL UNIQUE STARRETT MODELO BU38 OU SIMILAR	315490	UNID	5	20	R\$ 12,95	R\$ 259,00
24	LÂMINA DE SERRA PARA MAQUINA TICO-TICO BIMETAL, COMPR. 105 MM, LARG. 9,5 MM, DENTES POR POLEGADA: 10-14, CORTE RETO / CURVO, HASTE DE ENCAIXE T UNIVERSAL, APLICAÇÃO: MADEIRA/MULTIUSO. CARTELA COM 5 LÂMINAS. REFERÊNCIA: SERRA TICO-TICO BI-METAL UNIQUE STARRETT MODELO BU41014 OU SIMILAR	447927	UNID	5	20	R\$ 50,43	R\$ 1.008,60
25	JOGO DE SERRA COPO PARA MADEIRA, 5 PEÇAS (TAMANHOS 32, 38, 44 E 54 MM), CORPO EM AÇO ESPECIAL, DENTES TRAVADOS, COM SUPORTE PARA SERRA COPO COM BROCA PILOTO DE 6X60 MM, REFERÊNCIA: TRAMONTINA 42625501 OU SIMILAR.	475527	UNID	2	10	R\$ 109,98	R\$ 1.099,80
26	JOGO DE CHAVES DE FENDA, MATERIAL: AÇO CROMO VANÁDIO, TIPO DE PONTA: FENDA RETA (BITOLAS: 1/4X4, 1/4X6, 3/16X4, 3/16X6, 1/4X1 1/2) E FENDA PHILLIPS, BITOLAS: 1/4X4, 1/4X6, 3/16X4, 3/16X6, 1/4X1 1/2) QUANTIDADE TOTAL DE PEÇAS: 10 UN. REFERÊNCIA: TRAMONTINA 41530510 OU SIMILAR.	483811	UNID	5	20	R\$ 48,10	R\$ 962,00

GRUPO 3

27	JOGO CHAVES FENDA, MATERIAL HASTE:AÇO CROMO VANÁDIO, TIPO PONTA: FENDA RETA E PHILLIPS, TIPO CABO: ISOLADO, QUANTIDADE PEÇAS:6 UN, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:ISOLAÇÃO DE 1000V CA, BITOLA PONTA FENDA RETA: 03= (1/4X6, 3/16X4, 1/8X3) POL, BITOLA PONTA PHILLIPS: 03= (1/4X6, 3/16X4, 1/8X6) POL, REFERÊNCIA: JOGO DE CHAVES DE FENDA PARA ELETRICISTA TRAMONTINA PRO OU SIMILAR.	601980	UNID	5	20	R\$ 155,00	R\$ 3.100,00
28	CHAVE AJUSTÁVEL, MATERIAL:AÇO, TAMANHO:15 POL, ABERTURA:43 MM.	291835	UNID	5	20	R\$ 153,35	R\$ 3.067,00
29	ESQUADRO CARPINTEIRO, COMPRIMENTO 350MM, LÂMINA DE AÇO INOX COM GRADUAÇÃO EM MILÍMETROS, REFERÊNCIA: STARRETT, N° K53M-350-S OU SIMILAR.	217677	UNID	2	10	R\$ 48,94	R\$ 489,40
30	ESTILETE DESENHO, MATERIAL CORPO:PLÁSTICO RESISTENTE, LARGURA LÂMINA:20 MM, TIPO LÂMINA:RETRÁTIL, TIPO FIXAÇÃO LÂMINA:ENCAIXE DE PRESSÃO	227514	UNID	2	10	R\$ 17,30	R\$ 173,00
31	FORMÃO, MATERIAL CORPO:CROMO VANÁDIO, MATERIAL CABO:MADEIRA, BITOLA:3/4 POL	249752	UNID	2	5	R\$ 28,02	R\$ 140,10
32	SERROTE CARPINTEIRO, MATERIAL LÂMINA:AÇO, MATERIAL CABO:MADEIRA, COMPRIMENTO:18 POL	312497	UNID	2	10	R\$ 44,00	R\$ 440,00
						R\$ 10.738,90	

GRUPO 4

GRUPO 4 – EPI							
ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	UNID.	QUANT. MIN	QUANT. MAX	VALOR UNITÁRIO/MEDIANA (Compras.gov)	VALOR TOTAL
33	LUVA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO, MATERIAL: LÁTEX, TAMANHO: G, AMBIDESTRA, DESCARTÁVEL, CAIXA COM 100 UNIDADES	620093	UNID (CAIXA)	10	50	R\$ 19,57	R\$ 978,50
34	RESPIRADOR DESCARTÁVEL, PEÇA SEMIFACIAL, COM VÁLVULA DE EXALAÇÃO, PARA PROTEÇÃO CONTRA POEIRA, NÉVOAS E FUMOS (PFF2), CONTRA AEROSSÓIS SÓLIDOS E LÍQUIDOS NÃO OLEOSOS, REFERÊNCIA: MÁSCARA DE PROTEÇÃO RESPIRATÓRIA DOBRÁVEL 3M 9822+BR PFF-2(S) OU SIMILAR.	293570	UNID	20	200	R\$ 23,00	R\$ 4.600,00
						R\$ 5.578,50	

GRUPO 5

GRUPO 5 – EQUIPAMENTOS DE FURO E CORTE							
ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	UNID.	QUANT.MIN	QUANT.MAX	VALOR UNITÁRIO/MEDIANA (Compras.gov)	VALOR TOTAL
35	FURADEIRA, TIPO:IMPACTO, POTÊNCIA:700 W, TAMANHO MANDRIL:1/2 POL, VOLTAGEM: 110V OU 220V, COM VELOCIDADE VARIÁVEL, REVERSÍVEL, REFERÊNCIA: SDH700 STANLEY OU SIMILAR	258063	UNID	2	5	R\$ 427,89	R\$ 2.139,45
36	FURADEIRA, TIPO:IMPACTO, POTÊNCIA:1050 W, TAMANHO MANDRIL:1/2 POL, VOLTAGEM: 110V OU 220V, COM VELOCIDADE VARIÁVEL, REVERSÍVEL, REFERÊNCIA: FIV 1050 VONDER OU SIMILAR	485349	UNID	2	5	R\$ 677,09	R\$ 3.385,45
37	PARAFUSADEIRA / FURADEIRA DE IMPACTO A BATERIA, COM CARREGADOR BIVOLT, DUAS BATERIAS 18V-2Ah E MALETA, TAMANHO MANDRIL:1/2 POL. REFERÊNCIA: BOSCH GSB 185 - LI OU SIMILAR	601881	UNID	2	5	R\$ 974,99	R\$ 4.874,95
38	PLAINA ELÉTRICA, TAMANHO DA FACA 82MM, POTÊNCIA:620 WATT, VOLTAGEM:110V. REF.: MAKITA KP0800 110V OU SIMILAR	220735	UNID	2	10	R\$ 1.233,53	R\$ 12.335,30
39	SERRA CIRCULAR, POTÊNCIA:2.000 W, DIÂMETRO DISCO:184 MM, VOLTAGEM:110 V OU 220 V. REFERÊNCIA: BOSCH GKS 20-65 OU SIMILAR.	481436	UNID	2	10	R\$ 1.446,12	R\$ 14.461,20

GRUPO 5

40	TUPIA DE COLUNA MANUAL (TUPIA DE IMERSÃO), COM UMA FRESA PARALELA, POTÊNCIA MOTOR: 1300 W, TAMANHO DAS PINÇAS: 6MM / ¼", VOLTAGEM:110V OU 220V. REF.: BOSCH GOF 130 OU SIMILAR	323050	UNID	2	10	R\$ 1.084,00	R\$ 10.840,00
----	--	--------	------	---	----	--------------	---------------

R\$ 48.036,35

GRUPO 6

GRUPO 6 – MADEIRAS									
ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	UNID.	QUANT.MIN	QUANT.MAX	VALOR UNITÁRIO/MEDIANA (Compras.gov)	Empresa A	MÉDIA VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
41	Tábua de Cedrinho. Formato retangular, Largura: 20 cm, Comprimento: 5,40 M, espessura: 2,5 cm. Tonalidade: natural	322191	UNID	100	200	R\$ 116,00	R\$ 235,00	R\$ 175,50	R\$ 35.100,00
42	Madeira de construção, Tipo: Freijó, Formato: Pranchão, comprimento: 5 M, Largura: 305 MM, Espessura: 76,2 MM, Aparelhada.	319197	UNID	20	50		R\$ 1.337,00	R\$ 1.337,00	R\$ 66.850,00
43	CEDRINHO EM PERNA DIMENSÕES: ALT. 76 MM X ALT. 76 MM X COMPR. 4,0 M (TOLERÂNCIA +/- 1 M)	319208	UNID	10	30	R\$ 25,00	R\$ 199,00	R\$ 112,00	R\$ 3.360,00
44	CEDRO COMPENSADO EM CHAPA DIMENSÕES: COMPR. 2,2 M X LARG. 1,6 M X ESPES. 4,0 MM	231558	UNID	10	30		R\$ 431,00	R\$ 431,00	R\$ 12.930,00
45	CEDRO COMPENSADO EM CHAPA DIMENSÕES: COMPR. 2,2 M X LARG. 1,6 M X ESPES. 6,0 MM	228647	UNID	10	50	R\$ 141,56	R\$ 499,00	R\$ 320,28	R\$ 16.014,00
46	CEDRO COMPENSADO EM CHAPA DIMENSÕES: COMPR. 2,2 M X LARG. 1,6 M X ESPES. 10,0 MM	228649	UNID	10	50	R\$ 233,31	R\$ 586,00	R\$ 409,66	R\$ 20.483,00
47	CEDRO COMPENSADO EM CHAPA DIMENSÕES: COMPR. 2,2 M X LARG. 1,6 M X ESPES. 15,0 MM	229530	UNID	10	100	R\$ 214,15	R\$ 898,00	R\$ 556,08	R\$ 55.608,00

GRUPO 6

48	CEDRO COMPENSADO EM CHAPA DIMENSÕES: COMPR. 2,2 M X LARG. 1,6 M X ESPES. 20,0 MM	229529	UNID	10	100	R\$ 221,20	R\$ 1.099,00	R\$ 660,10	R\$ 66.010,00
49	MADEIRA CONSTRUÇÃO, TIPO MADEIRA: CEDRO, FORMATO: PRANCHÃO, COMPRIMENTO: 5 M, LARGURA: 305 MM, ESPESSURA: 76 MM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SEM TRATAMENTO, APLICAÇÃO: MARCENARIA	310981	UNID	10	50	R\$ 513,00	R\$ 1.688,00	R\$ 1.100,50	R\$ 55.025,00
50	COMPENSADO MADEIRA, MATERIAL: PINHO NAVAL, COMPRIMENTO: 2,20 M, LARGURA: 1,60 M, ESPESSURA: 4 MM, APLICAÇÃO: FABRICAÇÃO DE PEÇAS EM MADEIRA	237620	UNID	10	50	R\$ 106,31	R\$ 193,00	R\$ 149,66	R\$ 7.483,00
51	COMPENSADO MADEIRA, MATERIAL: PINHO NAVAL, COMPRIMENTO: 2,20 M, LARGURA: 1,60 M, ESPESSURA: 6 MM, APLICAÇÃO: MATERIAL DE MANUTENÇÃO	464019	UNID	10	100	R\$ 128,00	R\$ 222,00	R\$ 175,00	R\$ 17.500,00
52	COMPENSADO MADEIRA, MATERIAL: PINHO NAVAL, COMPRIMENTO: 2,20 M, LARGURA: 1,60 M, ESPESSURA: 10 MM, APLICAÇÃO: FABRICAÇÃO DE PEÇAS EM MADEIRA	237621	UNID	10	300		R\$ 276,00	R\$ 276,00	R\$ 82.800,00

GRUPO 6

53	COMPENSADO MADEIRA, MATERIAL:PINHO NAVAL, COMPRIMENTO:2,20 M, LARGURA:1,60 M, ESPESSURA:15 MM, APLICAÇÃO:FABRICAÇÃO DE PEÇAS EM MADEIRA	308539	UNID	10	300		R\$ 415,00	R\$ 415,00	R\$ 124.500,00
54	COMPENSADO MADEIRA, MATERIAL:PINHO NAVAL, COMPRIMENTO:2,20 M, LARGURA:1,60 M, ESPESSURA:20 MM, APLICAÇÃO:MATERIAL DE MANUTENÇÃO	275166	UNID	10	50	R\$ 295,00	R\$ 463,00	R\$ 379,00	R\$ 18.950,00
55	COMPENSADO MADEIRA, MATERIAL:PINHO NAVAL, COMPRIMENTO:2,20 M, LARGURA:1,60 M, ESPESSURA:25 MM, APLICAÇÃO:MATERIAL DE MANUTENÇÃO	275163	UNID	10	50		R\$ 619,00	R\$ 619,00	R\$ 30.950,00
56	TÁBUA DE PINUS, COMPRIMENTO 300 CM, LARGURA 30 CM, ALTURA 2 CM.	602585	UNID	10	100	R\$ 44,90	R\$ 94,00	R\$ 69,45	R\$ 6.945,00
							R\$ 620.508,00		

VALOR TOTAL DO OBJETO: R\$ 758.660,25

soma dos grupos

GRUPO 1	R\$ 24.583,00
GRUPO 2	R\$ 49.215,50
GRUPO 3	R\$ 10.738,90
GRUPO 4	R\$ 5.578,50
GRUPO 5	R\$ 48.036,35
GRUPO 6	R\$ 620.508,00
SOMA TOTAL DE TODOS OS GRUPOS	R\$ 758.660,25

TERMO DE JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS RELEVANTES
COMPRAS

NUP N. __63014.002073/2026-44__

OBJETO: Registro de Preços para futuras aquisições de insumos para a marcenaria e carpintaria da divisão de serviços de estaleiro.

SUMÁRIO

TERMO DE JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS RELEVANTES.....	1
SUMÁRIO.....	2
DECLARAÇÕES E JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS.....	2
1. DEFINIÇÃO DOS CUSTOS UNITÁRIOS DE REFERÊNCIA.....	2
2. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.....	3
3. SUBCONTRATAÇÃO.....	4
4. DEFINIÇÃO DO PERCENTUAL DE CAPITAL OU PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO.....	4
5. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS.....	5
6. PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS.....	6
7. GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS (GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA.....	7
8. DA SUSTENTABILIDADE.....	7
9. EXCLUSIVIDADE PARA ME/EPP.....	8
10. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	9
11. PADRONIZAÇÃO.....	10
12. AGRUPAMENTO DE ITENS.....	10

DECLARAÇÕES E JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS**1 DEFINIÇÃO DOS CUSTOS UNITÁRIOS DE REFERÊNCIA**

Na presente licitação:

(☒) FOI observada a ordem prioritária dos parâmetros do art. 23, § 1º, da Lei n. 14.133, de 2021;

FORAM adotados custos obtidos das seguintes fontes admitidas no art. 23, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021, observada a ordem de prioridades nele estabelecida:

(☒) composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços ou no banco de preços em saúde disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)

(☐) contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente

(☐) utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso

(☒) pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital

(☐) pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento

2 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**Registro da empresa no conselho profissional**

Na presente licitação, (☐) será exigido o registro da empresa licitante junto ao _____, (☒) NÃO será exigido o registro da empresa licitante junto a

conselho profissional, com base na seguinte justificativa técnica:

Devido à natureza da aquisição de insumos e ao seu uso interno, não há exigência de registro em conselho profissional. Ressaltamos que a utilização deve atender às normas de segurança aplicáveis, garantindo o treinamento dos operadores e a manutenção adequada dos equipamentos.

Capacidade técnico-operacional

Na presente licitação:

(x) NÃO será exigida comprovação de capacidade técnico-operacional pelas razões abaixo:

Devido à natureza da aquisição de insumos não será exigido comprovação de capacidade.

() será exigida comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

() SERÁ exigida a comprovação de quantitativos mínimos nos atestados equivalentes ao percentual de 50 (cinquenta) % dos quantitativos licitados.

Possibilidade de somatório de atestados

Na presente licitação, será () ACEITO ou () VEDADO o somatório de atestados de capacidade técnico-operacional para atingimento dos quantitativos mínimos demandados,

Exigências de instalações, aparelhamento e pessoal técnico

Na presente licitação, (x) NÃO será exigida a indicação de instalações, aparelhamento ou pessoal técnico com determinada qualificação ou () SERÁ exigida a indicação de instalações, aparelhamento ou pessoal técnico com determinada qualificação, a seguir elencados:

3 SUBCONTRATAÇÃO

O órgão assessorado (x) NÃO ADMITIU ou () ADMITIU a subcontratação parcial na presente licitação, sob as seguintes condições e **justificativas** técnicas:

Porque não há parcela de menor relevância a subcontratar.

4 DEFINIÇÃO DO PERCENTUAL DE CAPITAL OU PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO

(x) NÃO SERÁ exigida habilitação econômico-financeira, com base na seguinte **justificativa** técnica:

Considerando a natureza dos materiais a serem adquiridos, os quais são classificados como materiais de uso comum, a grande quantidade de fornecedores capazes de fornecê-los e a disponibilidade imediata dos materiais, elimina a necessidade de um investimento inicial significativo por parte da vencedora do certame, o que justifica a não solicitação de comprovação de capital mínimo ou Patrimônio líquido mínimo.

() Na presente licitação, será exigida a comprovação de () CAPITAL MÍNIMO ou () PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO, no percentual de () por cento sobre o valor total estimado da contratação, com base na seguinte **justificativa** técnica:

5 PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

Na presente licitação, será

() PERMITIDA a participação de consórcios. *(não é necessário justificar)*

(x) VEDADA a participação de consórcios, com base na seguinte **justificativa**:

A previsão da associação entre empresas está disciplinada nos artigos 278 e 279 da Lei 6.404/1976, estando a possibilidade da participação de consórcios de empresas em licitação no art. 15 da Lei de Licitações.

A permissão, pela Administração, de participação de empresas em consórcios na licitação não representa, por si só, garantia de ampliação de competitividade, uma vez que em muitos casos, opera efeitos danosos à concorrência, na medida em que as empresas associadas deixariam de competir entre si.

Se por um lado a formação de consórcios para participação do certame atrairia o risco da dominação do mercado, reduzindo o universo da disputa, há hipóteses nas quais a participação em licitações de empresas consorciadas funciona como instrumento de ampliação da competitividade, possibilitando somarem capacidades técnica, econômico-financeira e conhecimento técnico que, individualmente, não seriam viáveis.

O ordenamento jurídico brasileiro impõem a admissão de consórcios em licitações grandes e/ou heterogêneas, devendo, portanto, a escolha, ser norteadada pela necessidade de aumentar a competitividade e a busca da proposta mais vantajosa, avaliando-se a complexidade técnica do objeto, o vulto financeiro, possibilidade de eventual ineficiência administrativa de uma das empresas consorciadas prejudicar a execução do serviço, necessidade do somatório de capacidades técnica e econômico-financeira para realização do objeto, além das circunstâncias do mercado.

No caso concreto, por se tratar de objeto comum, homogêneo, com baixa complexidade, poderá ser fornecido perfeitamente por uma só empresa, explorando sua melhor expertise, sem apresentar grandes dificuldades na gestão do fornecimento, garantindo, assim, maior competitividade e vantajosidade para a presente licitação. Ademais, verifica-se que a prática do mercado conta com empresas detentoras de conhecimento técnico suficiente para que, sozinhas, sejam plenamente capazes de fornecer o objeto.

6 PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS

Na presente licitação, será (☒) VEDADA ou (☐) PERMITIDA a participação de cooperativas, com base na seguinte **justificativa**:

A participação de cooperativas em certames licitatórios é admitida quando atendidos os requisitos previstos nos incisos I a IV do art. 16 da Lei n. 14.133, de 2021.

Entretanto, segundo o art. 10 da IN SEGES/MP n. 5/2017, o órgão licitante deve analisar com cautela as características da contratação que pretende realizar, especialmente quanto às obrigações dos trabalhadores, para verificar se as tarefas seriam passíveis de execução com autonomia pelos cooperados, sem relação de subordinação.

Segundo a Súmula 281 do TCU, é vedada a participação de cooperativas em licitação quando, pela natureza do serviço ou pelo modo como o objeto é usualmente executado/fornecido no mercado em geral, houver necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem como de pessoalidade e habitualidade.

O Parecer n. 096/2015/DECOR/CGU/AGU (00407.004648/2014-96, Seq. 14) informa que é admitida, apenas, a participação de verdadeiras cooperativas nas licitações, proibindo-se expressamente a utilização de cooperativa para fins de intermediação de mão de obra subordinada.

Nesse passo, se faz mister a observância da Jurisprudência do Tribunal de Contas da União, Acórdão 2221/2013-Plenário, TC 029.289/2009-0, relator Ministro José Múcio Monteiro, 21.8.2013, *in verbis*:

“É irregular a participação de cooperativas em licitação cujo objeto se refira a prestação de serviço que exija relações próprias de emprego, como subordinação (hierarquia) e habitualidade (jornada de trabalho) dos trabalhadores.”

Por meio do Parecer n. 00002/2023/DECOR/CGU/AGU, o Departamento de Coordenação e Orientação de Órgãos Jurídicos da Advocacia-Geral da União (Decor/CGU/AGU), considerou que se mantém na Lei n. 14.133, de 2021, a proibição de contratação de cooperativas quando o objeto do contrato exija relação de subordinação entre os cooperados e a cooperativa ou entre aqueles e o tomador de serviços.

É mais difícil, nos casos de certames para fornecimento de bens, a possibilidade de participação de cooperativas, entretanto, o modelo de TR Compras da AGU considera essa possibilidade. Sendo assim, será necessário justificar a permissão ou vedação, fazendo as devidas adaptações.

No caso em tela, trata-se de compra/fornecimento de material, objeto para o qual, normalmente, não há que se considerar se haverá implicação de relações de subordinação, pessoalidade e habitualidade dos trabalhadores, ou seja, a necessidade da presença de relações próprias de emprego na sua execução; entretanto, a participação de cooperativas é mais difícil nos casos de certames para fornecimento de bens.

Observando-se como o objeto é usualmente fornecido no mercado, não se encontram cooperativas atuando no ramo específico, o que inviabiliza a participação desse tipo de sociedade civil, razão pela qual não há, para o caso concreto, necessidade da permissão no certame.

7 GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS (GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA)

Na presente licitação, será () EXIGIDA ou (x) DISPENSADA a apresentação de garantia complementar da legal.

8 DA SUSTENTABILIDADE

No tocante à promoção do Desenvolvimento Nacional Sustentável previsto nos arts. 5º, e 11, IV, da Lei n. 14.133, de 2021, nesta licitação, a Administração tomou as seguintes medidas quanto ao planejamento da aquisição:

- (x) definiu os critérios e práticas sustentáveis, objetivamente e em adequação ao objeto da contratação pretendida, como especificação técnica do objeto, obrigação da contratada, e/ou requisito de habilitação/qualificação previsto em lei especial
- () verificou se os critérios e práticas sustentáveis especificados preservam o caráter competitivo do certame; e
- () verificar o alinhamento da contratação com o Plano de Gestão de Logística Sustentável.

Será exigido que a contratada adote, durante a execução do objeto, as práticas de sustentabilidade implementadas por essa Organização Militar, em especial às seguintes diretrizes internas estabelecidas:

Exigência de licença ambiental para atividades utilizadoras de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidoras ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental. Base jurídica lei N° 9795, de 27 de abril de 1999; - dispõe sobre a educação ambiental, institui a política nacional de educação ambiental e da outras providências; Estratégia Federal de desenvolvimento (EFD) 2020-2031, item 4.3.4 – desafio: promover oportunidades de negócios sustentáveis em meio ambiente (decreto N° 10531 de 2020) C/C lei de licitações e contratos administrativos – 14.133 artigos 5, 45 e 144; agenda 2030 da ONU - objetivo 12 - assegurar padrões de produção e consumo sustentáveis.

Em cumprimento ao Acórdão 1666/2019-TCU-Plenário e item 13 do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, não será exigido o CTF, tendo em vista que o mercado não está preparado para atender as exigências de sustentabilidade para a fabricação e fornecimento do material, objeto do presente certame. Entretanto, em razão das exigências legais aplicáveis à cadeia de produção, comercialização e transporte de produtos florestais de origem nativa, a apresentação do CTF/IBAMA será obrigatória para a empresa contratada responsável pelo fornecimento dos itens confeccionados em madeira nativa, correspondentes ao Grupo 6 (itens 41 a 49), como condição para a execução contratual e comprovação da regularidade ambiental pertinente. A comprovação do CTF ocorrerá exclusivamente na fase de contratação, e não como condição de participação na licitação, preservando-se a ampla competitividade do certame.

Durante a execução da atividade objeto do TR, será exigida, para as empresas contratadas ou para as empresas que vierem a ser subcontratadas por estas, a utilização de

bacia de contenção para produtos oleosos e/ou químicos e segregação adequada dos resíduos gerados, a fim de se evitar possíveis impactos ambientais.

A empresa contratada deverá seguir a legislação ambiental vigente, além de adotar planos de contingência para lidar com emergências ambientais, garantindo uma resposta rápida e eficaz para minimizar danos em caso de acidentes ou incidentes ambientais.

Priorizar serviços que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis. Base jurídica: Política nacional de resíduos sólidos, lei nº 12.305 de 2010.

8.1 JUSTIFICATIVA PARA NÃO UTILIZAÇÃO DO PLANO DIRETOR DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL

Sabe-se que a Secretaria de Gestão (SEGES) é órgão central do Sistema de Serviços Gerais (SISG). Nesta esteira, o Decreto nº 1.094/94 regulamentou a atuação do Sistema de Serviços Gerais (SISG) dos órgãos civis da Administração Federal direta, das autarquias federais e fundações públicas, deixando expresso em seu art. 1º o seguinte:

Ficam organizadas sob a forma de sistema, com a designação de Sistema de Serviços Gerais (SISG), as atividades de administração de edifícios públicos e imóveis residenciais, material, transporte, comunicações administrativas e documentação. § 1º Integram o SISG os órgãos e unidades da Administração Federal direta, autárquica e fundacional, incumbidos especificamente da execução das atividades de que trata este artigo. § 2º Os Ministérios Militares e o Estado-Maior das Forças Armadas poderão aplicar, no que couber, as normas pertinentes ao SISG.

Dessa feita, as Forças Armadas não integram o SISG e lhes é facultado aplicar suas regras apenas no que couber. A não adoção do Plano Diretor de Logística Sustentável (PDLS) se justifica pela natureza distinta e exigências específicas das operações militares. As Forças Armadas necessitam de flexibilidade e prontidão constantes para responder a emergências e garantir a defesa nacional, o que pode ser comprometido pelas restrições e normas do PDLS.

Alternativamente, foram inseridos nos documentos de planejamento os critérios e práticas de sustentabilidade que deverão ser adotados pelos licitantes.

9 EXCLUSIVIDADE PARA ME/EPP

() A presente licitação foi destinada EXCLUSIVAMENTE à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens/grupos de contratação cujos valores são de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

Previsão de cota reservada para ME/EPP

() Foi estabelecida cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens/grupos cujos valores

extrapolam R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), em razão da presente licitação tratar-se de aquisição de bens de natureza divisível.

Não aplicabilidade da regra de exclusividade

(**X**) Não foi aplicada a exclusividade de participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens/grupos cujos valores são de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), nem a cota de 25% (vinte e cinco por cento) nos itens/grupos cujos valores extrapolam R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), pelo seguinte motivo:

() não há um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório, conforme se verifica pelos documentos juntados em anexo;

(**X**) o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não é vantajoso para a administração pública ou representa prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado, pelos seguintes **motivos:**

Considerando a urgência em adquirir os materiais do processo licitatório em referência para atender as demandas imediatas do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, a aplicação do tratamento diferenciado para ME e EPP poderia resultar em atrasos na seleção do fornecedor e na conclusão do processo licitatório. Portanto, tal decisão visa assegurar a continuidade e eficiência dos serviços prestados pelo AMRJ, sem comprometer a agilidade e qualidade dos serviços essenciais à Marinha do Brasil.

() a licitação é dispensável/inexigível, nos termos dos arts. 74 e 75 da Lei nº 14.133/21.

10 SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

() Na presente licitação NÃO foi adotado o Sistema de Registro de Preços por não haver enquadramento em nenhuma das hipóteses previstas para o SRP no art. 3º do Decreto nº 11.462/2023.

(x) A adoção do SRP na presente licitação se deu em razão do enquadramento na(s) seguinte(s) hipótese(s) do art. 3º, do Decreto nº 11.462/2023, selecionada(s) abaixo, devidamente justificado:

(x) quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;

() quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;

() quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas;

() quando for atender a execução descentralizada de programa ou projeto federal, por meio de compra nacional ou da adesão de que trata o § 2º do art. 32; ou

() quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

Pelos seguintes **motivos**:

A utilização do sistema de registo de preços (SRP) permite a aquisição de materiais de acordo com as necessidades em curso, o que traz a vantagem de utilizar recursos exclusivamente para esse fim e promover a eficaz utilização de todas as compras. Com o Sistema de Registro de Preços, a Administração não precisa reter recursos para adquirir o objeto completo, mas apenas garantir a contraprestação quando solicitar a quantidade do objeto para satisfazer a procura.

11 PADRONIZAÇÃO

() Na presente licitação/contratação foi utilizado o catálogo eletrônico de padronização de compras, de que trata o inciso LI, do art. 6º, da Lei nº 14.133/21.

(x) Na presente licitação/contratação NÃO houve utilização do catálogo eletrônico de padronização de que trata o inciso II do *caput* do art. 19, da Lei nº 14.133/21, pelos **motivos** que se seguem:

Não foram encontrados os objetos desta contratação no catálogo eletrônico de padronização (<https://www.gov.br/pncp/pt-br/catalogo-eletronico-de-padronizacao/itens-padronizados>).

12 AGRUPAMENTO DE ITENS


() Na presente licitação NÃO houve agrupamento dos itens.

(x) A presente licitação está dividida em grupos, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem, conforme **justificativa** técnica a seguir:

A divisão da licitação em grupos decorre da afinidade técnica e operacional entre os itens, que são usualmente fornecidos de forma conjunta pelo mercado. Essa estruturação assegura a padronização do fornecimento, a eficiência na execução e a economicidade da contratação. A exigência de proposta para todos os itens do grupo garante o atendimento integral da demanda e reduz riscos de descontinuidade. A participação em múltiplos grupos permanece facultativa, preservando a competitividade do certame.

() A licitação será realizada em grupo único, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem, de acordo com a **justificativa** técnica a seguir:

Na data da assinatura.

Documento assinado digitalmente
 JULIANA DOS SANTOS CARNEIRO DA CUNHA
Data: 02/06/2026 13:43:53-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

JULIANA DOS SANTOS CARNEIRO DA CUNHA
Primeiro Tenente (RM2-EN)
Encarregada da seção de carpintaria e marçenaria (AMRJ-2464)